



CURSO MARXISMO, RAÇA E CLASSE SECRETARIA NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS



2019

SUMÁRIO

BLOCO 1 – CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO NEGRA.....	3
<i>Manifesto Comunista (1848)</i> – Marx e Engels.....	3
<i>O Capital: Crítica da Economia Política Livro 1 (1867)</i> – Karl Marx.....	5
<i>Capitalismo e Racismo</i> – Alex Callinicos (1993).....	6
<i>Mulheres, Raça e Classe (1981)</i> – Angela Davis.....	17
<i>Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1705)</i> – Jesuíta George Benci.....	19
<i>Os quilombos e a rebelião negra (1986)</i> – Clóvis Moura.....	20
<i>História do negro brasileiro (1992)</i> – Clóvis Moura.....	21
<i>Sociologia do negro brasileiro (1988)</i> – Clóvis Moura.....	23
<i>Os quilombos e a rebelião negra (1986)</i> – Clóvis Moura.....	24
<i>Independência sem abolição (2017)</i> – Hertz Dias.....	25
BLOCO 2 – IDEOLOGIAS RACISTAS.....	27
<i>As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)</i> – Nina Rodrigues.....	27
<i>Sobre os mestiços no Brasil (1911)</i> – João Batista de Lacerda.....	27
<i>Casa Grande & Senzala (1932)</i> – Gilberto Freyre.....	29
<i>O Brasil em face das Áfricas Negras e Mestiças (1962)</i> – Gilberto Freyre.....	30
<i>Ser negro no Brasil, hoje (1987)</i> – Ana Lúcia Valente.....	30
<i>Questão Social e relações étnico-raciais no Brasil (2014)</i> – Cláudia Durans.....	31
<i>Não somos racistas (2006)</i> – Ali Kamel.....	32
<i>Todos têm direitos iguais na República Democrática (2006)</i>	33
BLOCO 3 – ABORDAGENS NÃO-MARXISTAS SOBRE A QUESTÃO RACIAL.....	36
<i>O que é lugar de fala (2017)</i> – Djamila Ribeiro.....	37
<i>O empoderamento necessário (2015)</i> – Djamila Ribeiro.....	38
<i>Movimento Black Money (2019)</i>	39
<i>Depois deste texto 13 e 17 serão apenas números (2018)</i> – Alan Soares.....	39
<i>Libertação negra e o socialismo (2005)</i> – Ahmed Shawki.....	40
BLOCO 4 – MARXISMO, RAÇA E LUTA DE CLASSES.....	43
<i>O que é marxismo</i> – Milcíades Peña.....	43
<i>O Capital, livro 1, volume 1</i> – Karl Marx.....	45
<i>A Questão Irlandesa</i> – Karl Marx.....	46
<i>Sociologia do negro brasileiro (1988)</i> – Clóvis Moura.....	46
<i>O mito da democracia racial (2016)</i> – Wilson Honório da Silva.....	47
<i>A repartição da África</i> – Américo Gomes.....	49
<i>Teses sobre a questão negra (1922)</i> – IV Congresso da Internacional Comunista.....	54
<i>A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-Americano (1959)</i> – James Cannon.....	56
<i>A Libertação negra e o socialismo (2005)</i> – Ahmed Shawki.....	58
ANEXOS.....	65
<i>A Revolta do Exército Indiano</i> – Karl Marx (1857).....	65
<i>Entrevista com Vera Lúcia (2018)</i>	66
REFERÊNCIAS.....	68

BLOCO 1 – CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO NEGRA

1. Quais foram os processos fundamentais para a acumulação primitiva do capitalismo?
2. Para Callinicos, qual é a relação entre capitalismo e racismo?
3. De acordo com Angela Davis, as mulheres negras e brancas possuíam o mesmo envolvimento com o trabalho, com a maternidade e com o espaço público durante a escravidão? E quanto aos homens negros?
4. Como a Igreja explicava a escravidão? E qual era a função do castigo e do trabalho para a Igreja?
5. Para Clóvis Moura, o quilombo “era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial”. Quem ele reunia?
6. Além da quilombagem, haviam métodos de luta como as ocupações de fazendas pelos negros rebelados. As reivindicações dos rebelados em Ilhéus (1789) poderiam ser acomodadas na relação social escravista?
7. Por que Clóvis Moura critica o movimento abolicionista?
8. O que significa dizer que a independência do Brasil foi feita “por cima” para não perder o controle “por baixo”?

Manifesto Comunista (1848) – Marx e Engels

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição da das duas classes em conflito.

Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda a parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares (p. 40). [...]

A descoberta da América, a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (p. 41).

A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina (p. 41).

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais, a procura por mercadorias continuava a aumentar. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a maquinaria; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos (p. 41).

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média.

Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação.

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (p. 41-42) [...].

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte (p. 43).

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (p. 43).

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (p. 44).

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (p. 44).

O Capital: Crítica da Economia Política Livro 1 (1867) – Karl Marx

O segredo da acumulação primitiva

Vimos como o dinheiro se transforma em capital, como se produz mais-valia¹ com capital, e mais capital com mais-valia. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem, assim, a aparência de um círculo vicioso, do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista [...], uma acumulação que não decorre do modo de capitalista de produção, mas é seu ponto de partida (p. 827).

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo. Thiers, com toda a untuosidade presidencial, defende a propriedade, servindo aos franceses, outrora tão espirituosos, essas puerilidades² insulsas³. Mas, quando está em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado a defesa intransigente da doutrina infantil do abecedário capitalista, como a única legítima para todas as idades e para todos os estágios de desenvolvimento. É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política, o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos (p. 827-828).

Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. Vejamos, logo a seguir, a que se reduzem, em suma, essas circunstâncias. Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao

1 É a “semente” do lucro. Isto é, o “mais valor” de uma mercadoria fruto do trabalho não pago.

2 Infantilidade, tolice;

3 Sem sal; sem gosto;

trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (p. 828).

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Logo segue a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o mundo por palco. Inicia-se com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha, assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra, prossegue com a guerra do ópio contra a China etc. (p. 864).

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, perdeu a opinião pública europeia o que lhe restara de pudor e de consciência. As nações se jactavam cinicamente com cada ignomínia que lhe servisse para acumular capital. Vejamos, por exemplo, os ingênuos anais do comércio, do probo A. Anderson. Aí trombeta-se como triunfo da sabedoria política ter a Inglaterra, na paz de Utrecht, extorquido dos espanhóis, com o tratado de Asiento, o privilégio de explorar o tráfico negreiro entre a África e a América Espanhola, o qual ela realizara até então apenas entre a África e as Índias Ocidentais inglesas. A Inglaterra conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. Isto servia, ao mesmo tempo, para encobrir sob o manto oficial o contrabando britânico. Na base do tráfico negreiro, Liverpool teve um grande crescimento. O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva. E até hoje a “gente respeitável” de Liverpool canta loas ao tráfico negreiro (vide a obra do Dr. Aikin, de 1795, já citada), o qual “incentiva até a paixão o espírito de empreendimento comercial, gera famosos marinheiros e traz grandes fortunas”. Liverpool empregava 15 navios no tráfico negreiro, em 1730; 53, em 1751; 74, em 1760; 96, em 1770, e 132 em 1792 (p. 872-873).

A indústria algodoeira têxtil, ao introduzir a escravidão infantil na Inglaterra, impulsionava ao mesmo tempo a transformação da escravatura negra dos Estados Unidos, que, antes, era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração mercantil. De fato, a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa precisava fundamentar-se na escravatura, sem rebuscos, no Novo Mundo (p. 873).

Capitalismo e Racismo – Alex Callinicos (1993)

1. Introdução

O racismo continua sendo uma das características centrais das sociedades capitalistas avançadas. Está institucionalizado na discriminação sistemática que as pessoas negras sofrem no trabalho, moradia, no sistema educacional, e no assédio pela polícia e autoridades do controle de imigração. Os negros são também vítimas sistemáticas da violência racista, como atestam os assassinatos, nos últimos anos, de Rolan Adams, Rohit Duggal e Stephen Lawrence no sudeste de Londres, e Michael Griffiths e Yusuf Hawkins em Nova Iorque.

Um desenvolvimento marcante na política europeia desde as revoluções do leste europeu em 1989 tem sido o ressurgimento do racismo, tanto na forma não oficial dos partidos fascistas e

racistas que têm conseguido recentemente ganhos eleitorais significativos (principalmente na França, Alemanha e Bélgica), quanto na forma oficial das tentativas orquestradas pelos governos europeus de restringir mais ainda a imigração, atacando, inclusive, o direito ao asilo. A Comunidade Europeia mais unida na qual os políticos burgueses – e até mesmo alguns socialistas – depositam suas esperanças será a “Fortaleza Europa”, com as suas portas firmemente fechadas para as massas empobrecidas de um Terceiro Mundo, ao qual estão ingressando a maior parte dos ex-Estados stalinistas.

Com relação a mais poderosa sociedade capitalista do mundo, os EUA, o acadêmico Andrew Hacker argumenta em um recente estudo que: *“Americanos negros são americanos, mas eles ainda subsistem como estranhos na única terra que eles conhecem. Outros grupos podem permanecer à margem da sociedade – como, por exemplo, algumas seitas religiosas –, mas estas assim permanecem voluntariamente. Em contraste, os negros devem suportar uma segregação que está longe de ser uma escolha livre. Assim a América pode ser vista como duas nações separadas. É claro que existem lugares em que as raças se misturam. Mas nos aspectos mais significativos, a separação é penetrante. Como uma divisão humana e social essa separação sobrepuja todas as outras – mesmo as de gênero – em intensidade e subordinação”*⁴.

A grande rebelião de Los Angeles de abril de 1992 – cujos ecos se sentiram em cidades tão distintas como San Francisco, Las Vegas e Atlanta – mostrou como raça e classe juntas têm o potencial de romper a estrutura da sociedade norte-americana.

O fato gritante de que as democracias capitalistas ricas são sociedades profundamente racistas exige uma ação que desafie e, se possível, acabe com o racismo. Certamente qualquer estratégia antirracistas pressupõe uma análise da natureza e das causas do racismo. A visão liberal tradicional, ainda muito influente, trata o racismo primeiramente como um problema de atitude: o problema todo se resume em que os brancos têm preconceitos contra os negros. A solução óbvia, aparentemente, seria educar os brancos para despojá-los de seus preconceitos. Esse diagnóstico está implícito no programa Racism Awareness Training (RAT) [Treinamento para a conscientização sobre o racismo, N.doT.], o qual tendo sido desenvolvido nos EUA nos anos 70, foi assumido durante a década de 80 na Grã-Bretanha por prefeituras dirigidas pelo Partido Trabalhista⁵. Ao mesmo tempo houve uma tendência a se substituir a velha meta liberal de integrar as minorias negras às sociedades “hospedeiras” do Ocidente pela ideia do multiculturalismo.

Isso implicou em conceber a sociedade como um ajuntamento de grupos étnicos, cada qual com sua cultura própria e irredutível. O objetivo passou a ser um arranjo pluralista baseado no entendimento mútuo entre os diferentes grupos étnicos, envolvendo, em particular, uma

4 A Hacker, *Two Nations*, Nova Iorque 1993, p.3. A força do livro de Hacker é a massa de evidência empírica que ele reúne ao documentar a situação lamentável dos negros no EUA, tanto no texto em si quanto nas 'Tabelas suplementares' ao término do livro (p 225-36). Para uma análise crítica ver D Roediger, 'The Racial Crisis of American Liberalism', *New Left Review*, 196, 1992. Quaisquer que sejam as falhas de Hacker, é escandaloso que o equivalente britânico mais próximo ao seu livro seja ainda D. Smith, *Racial Disadvantage in Britain*, Harmondsworth, 1977, baseado em pesquisas realizadas por *Political and Economic Planning* entre 1972 e 1975.

5 Ver A Sivanandan, *Communities of Resistance*, Londres 1990, cap. 4, para uma crítica devastadora do RAT.

apreciação do valor das tradições não-europeias pela maioria branca⁶.

Ao contrário, muitos antirracistas radicais veem o racismo não como uma questão de ideias na cabeça das pessoas, mas sim de opressão, de desigualdades sistemáticas de poder e de oportunidades de vida geradas por uma estrutura social exploradora. A solução, portanto, está na luta política, na libertação dos negros de sua condição de oprimidos. Mas dentro do campo radical existem diferenças vitais de análise e estratégia. Os nacionalistas negros tendem a ver o racismo (pelo menos relativamente) como um fenômeno autônomo cujas origens, estrutura e dinâmica, embora estejam ligadas às do modo de produção capitalista, não podem ser reduzidas às mesmas. A libertação negra, concluem, só pode ser conquistada pelos próprios negros, organizados separadamente dos antirracistas brancos. Os marxistas revolucionários, ao contrário, consideram o racismo um produto do capitalismo que serve para reproduzir esse sistema social dividindo a classe trabalhadora. Só pode ser abolido, portanto, através de uma revolução social conquistada por uma classe trabalhadora unida, em que negros e brancos lutem juntos contra o seu explorador comum⁷.

2. Marxismo: Uma Tradição Europeia?

A diferença entre o marxismo e o nacionalismo negro nem sempre foi claramente definida. Muitos radicais negros foram influenciados por versões do marxismo (normalmente algum tipo de combinação de stalinismo e marxismo ocidental acadêmico). Eles utilizam as análises marxistas do comércio escravo e do imperialismo e argumentam que o racismo contemporâneo beneficia economicamente o capitalismo. Algumas vezes o parentesco com o marxismo parece ser muito próximo⁸.

Existem, entretanto, limites definidos a essa sobreposição de marxismo e nacionalismo negro. Intelectuais nacionalistas negros tendem a ver o marxismo como uma tradição eurocêntrica – um corpo de ideias tão profundamente enraizado na tradição europeia que é simplesmente incapaz de identificar a situação e expressar as aspirações das massas negras oprimidas, tanto no Terceiro Mundo quanto nos países capitalistas avançados.

O conflito resultante entre o marxismo e o nacionalismo negro é, talvez, explorado mais sistematicamente por Cedric Robinson, um acadêmico norte-americano associado ao Institute of Race Relations [Instituto de Relações Raciais] de Londres, em seu livro *Black Marxism* [Marxismo Negro]. A tese básica de Robinson é que o marxismo é, na própria maneira em que seus conceitos são ordenados, uma ideologia eurocêntrica: *“em sua base, quer dizer, em seu substrato epistemológico, o marxismo é uma construção ocidental – uma conceitualização das questões humanas e do desenvolvimento histórico que emerge das experiências históricas dos povos europeus mediadas, por sua vez, pela sua civilização, suas ordens sociais e suas culturas”*.

O marxismo, afirma Robinson, não é europeu apenas em suas origens, mas em “seus

6 Um exemplo anterior de 'pluralismo sócio-cultural' é o influente *Black British White British* de Dilip Hiro, publicado pela primeira vez em 1971: edição revisada, Londres 1992.

7 Para uma breve descrição do argumento marxista, ver A Callinicos, *The Fight against Racism*, Londres 1992.

8 Um bom exemplo é a esplêndida polêmica de Sivanandan, editor da publicação *Race and Class* e um dos intelectuais radicais negros mais influentes da Inglaterra, contra o que ele chama 'Hokum of New Times' [O Engano dos Novos Tempos], a capitulação ao pós-modernismo que foi praticamente o último suspiro da revista *Marxism Today*, atualmente defunta: 'Tudo que dissolve no ar é sólido', reimpresso em *Communities*.

pressupostos analíticos, suas perspectivas históricas, seus pontos de vista”. Consequentemente o marxismo falhou em confrontar uma “ideia recorrente” na “civilização ocidental”, notadamente o racismo e, em particular, o modo pelo qual o “*racismo inevitavelmente permearia as estruturas sociais emergentes do capitalismo*”. Os intelectuais radicais negros do século 20 – dos quais Robinson traça os trajetos de WEB Du Bois, CLR James e Richard Wright – tiveram, portanto, que sair do marxismo e redescobrir uma tradição mais antiga, “a resistência persistente, e em contínua evolução, dos povos africanos à opressão”, pois são estes, e não “o proletariado europeu e seus aliados”, que constituem a “negação” da sociedade capitalista⁹.

O problema é que a concepção de Robinson da tradição negra radical, a qual ele contrapõe ao marxismo, beira o místico: “*As distinções entre espaço político e tempo histórico têm desaparecido, de modo que a formação de uma identidade coletiva negra banha os nacionalismos. [...] Abrigada na Diáspora africana existe uma identidade histórica única que está em oposição às privações sistêmicas do capitalismo racial*”.

Robinson parece estar dizendo que a luta dos negros contra a opressão, tanto na África como no Novo Mundo, serviram para forjar uma identidade comum. Mas quando ele tenta explicar a natureza dessa identidade torna-se ainda mais obscuro, declarando, por exemplo, que o foco da tradição radical negra “estava nas estruturas da mente”, seja lá o que signifique isso¹⁰. As diferenças reais entre as formas de luta – as tentativas de sobrevivência de negros abandonados nas margens das colônias do “Novo Mundo”, a revolução haitiana e outras revoltas de escravos, a resistência das sociedades africanas à expansão colonial europeia, os grandes levantes urbanos dos negros americanos durante a década de 60, a luta contemporânea contra o Apartheid, para não falarmos dos conflitos atuais entre os próprios negros – como os existentes entre os apoiadores do Congresso Nacional Africano e o Inkhata na África do Sul – , são todas elas dissolvidas numa única “identidade” vaga e abstrata.

Entretanto, o desafio colocado por Robinson e seus co-pensadores permanece. Pode a tradição marxista clássica de Marx e Engels, Lenin e Trotsky, proporcionar uma análise do racismo capaz de oferecer a base de uma estratégia efetiva para a libertação negra? Este pequeno livro é uma tentativa de responder esse desafio.

O que eu tentarei mostrar é que o racismo é um fenômeno moderno. Diz-se frequentemente que o racismo é tão antigo quanto a natureza humana, e em consequência não poderia ser eliminado. Pelo contrário, o racismo tal como o conhecemos hoje desenvolveu-se nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do “Novo Mundo” que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundial. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o

9

10 Ibidem, pp.451, 244. O livro tem outros defeitos: seu estilo acadêmico pedante está relacionado, sem dúvida, ao misticismo mencionado no texto; a crítica de Robinson ao materialismo histórico se fundamenta ecleticamente em ex-marxistas poseurs como Jean Baudrillard e Cornelius Castoriadis e liberais anti-marxistas como Shlomo Avineri e Isaiah Berlin. Um outro intelectual radical negro, Cornel West, escreve muito melhor e é bastante aberto na hora de aceitar crenças religiosas – o que ele chama 'o pragmatismo profético cristão': ver *The American Evasion of Philosophy*, Londres 1989, cap. 6. Robert Young oferece uma versão filosoficamente mais sofisticada da crítica do eurocentrismo marxista in *White Mythologies*, Londres 1990.

capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo.

Assim, o racismo hoje resulta das divisões que foram fomentadas entre diferentes grupos de trabalhadores, cuja competição no mercado de trabalho é intensificada pelo fato de que os mesmos, frequentemente, vem de diferentes partes do mundo, agrupados no interior das fronteiras de um mesmo Estado pelo apetite insaciável do capital por força de trabalho. Dessa forma o racismo serve para jogar os trabalhadores uns contra os outros, e para impedi-los de combater efetivamente os patrões que exploram a todos eles, independente de sua cor ou origem nacional.

Podemos tirar duas conclusões políticas muito importantes dessa análise. A primeira é que o racismo atua contra os interesses de todos os trabalhadores, tanto brancos quanto negros. Uma classe trabalhadora dividida prejudica mesmo aqueles trabalhadores que não são vítimas diretas do racismo. Assim um elemento central de qualquer estratégia antirracistas deve ser a conquista dos trabalhadores brancos para que identifiquem os seus interesses com os dos trabalhadores negros, vítimas da opressão racial. Os nacionalistas negros estão equivocados, portanto, quando consideram que os trabalhadores brancos são irremediavelmente racistas. Em segundo lugar, a meta da luta antirracistas deve ser a libertação dos oprimidos como parte de uma batalha mais ampla contra o próprio capitalismo. O racismo surgiu e cresceu com o capitalismo e ajuda a sustentá-lo. A sua abolição depende, portanto, de uma revolução socialista que rompa as estruturas materiais às quais estão vinculadas.

Esta é uma análise do racismo que toma a classe como seu ponto de partida: o racismo sustenta a dominação da classe capitalista, e só pode ser derrubado por uma classe trabalhadora unida. Existem muitas objeções a uma análise deste tipo. Afinal, afirmar que os trabalhadores brancos não se beneficiam com o racismo não entra em choque com o senso comum? O racismo não sobreviverá após uma revolução socialista? Essas e outras questões serão discutidas a seguir.

Meu objetivo, entretanto, não é tanto oferecer uma resposta definitiva a todas essas questões, mas sim mostrar que o marxismo é o melhor método tanto para entender quanto para combater o racismo.

3. De Onde Vem o Racismo?

O racismo é uma novidade histórica, característica das sociedades capitalistas modernas. Esta afirmação é central à análise marxista do racismo. E é, de modo correspondente, negada pelos nacionalistas negros. Cedric Robinson, por exemplo, afirma que o racismo não é um fenômeno capitalista, mas sim peculiarmente europeu: *“O racismo insinuou-se não só nas estruturas sociais, formas de propriedade e modos de produção medievais, feudais e capitalistas, mas também como os valores e tradições através dos quais os povos dessas eras compreenderam os seus mundos e suas experiências”*¹¹. O acadêmico americano negro Manning Marable argumenta, de modo semelhante, que o *“racismo e o patriarcado são*

11 Robinson, Black Marxism, p.82.

ambos pré-capitalistas em suas origens sociais e ideológicas”¹². A implicação disso é que o racismo sobreviveria à derrocada do capitalismo e, conseqüentemente, para erradicá-lo torna-se necessário um movimento negro separado.

Para apreciarmos porque essa visão é equivocada devemos primeiro considerar a natureza do racismo. O racismo existe onde um grupo de pessoas é discriminado com base em características que lhe seriam inerentes enquanto grupo.

O racismo é frequentemente associado a uma diferença na cor da pele dos opressores e oprimidos, mas isso não é de nenhum modo uma condição necessária para existir o racismo. Os irlandeses foram vítimas de racismo especialmente na Grã-Bretanha do século 19, apesar de serem tão brancos quanto os “nativos”. O antissemitismo moderno é outro caso de racismo que não é baseado em diferenças de cor. Há um sentido no qual a diferença de cor não é sequer uma condição suficiente para a existência de racismo. Onde essa diferença está envolvida é como parte de um complexo de características – por exemplo, inteligência inferior, preguiça, sexualidade superativa, no caso do estereótipo ocidental tradicional dos africanos – que são atribuídas ao grupo oprimido e que servem para justificar a sua opressão. O que importa realmente é a ideia de um conjunto sistemático de diferenças – do qual as diferenças físicas visíveis são uma parte – entre opressores e oprimidos, mais do que as diferenças físicas em si.

O que confunde a questão é que a ideologia racista clássica tende a destacar supostas diferenças físicas entre grupos de pessoas. A versão teoricamente mais articulada da ideologia racista é o que Peter Fryer chama de “mitologia pseudocientífica de raça”, que floresceu na Grã-Bretanha (e também no resto do mundo capitalista desenvolvido) entre os anos 1840 e 1940. Essa versão assumia que a humanidade estava dividida em raças, cada uma delas baseada em características biológicas distintas, e que a dominação do mundo pelo imperialismo ocidental refletia a superioridade inerente das raças brancas sobre as demais no processo de seleção natural¹³

Essa ideia de raças biologicamente distintas não possui base científica: *“De todas as variações genéticas conhecidas por enzimas e outras proteínas, onde tenha sido possível realmente contar as frequências de diferentes formas dos genes e assim conseguir uma estimativa objetiva da variação genética, 85 por cento resultam ser entre indivíduos de uma mesma população local, tribo ou nação. Outros 8% são entre tribos ou nações dentro de uma grande ‘raça’. E os restantes 7% são entre grandes ‘raças’. [...] Qualquer uso de categorias raciais deve tomar suas justificativas de alguma outra fonte que não a biologia. A característica notável da evolução e da história humanas tem sido o grau muito pequeno de divergência entre populações geográficas em comparação com a variação genética entre indivíduos”*¹⁴.

Diferenças raciais são inventadas: isto é, emergem como parte de uma relação de opressão historicamente específica para justificar a existência dessa relação. Assim, qual é a peculiaridade histórica do racismo enquanto uma forma de opressão? Em uma primeira

12 M Marable, *How Capitalism Underdeveloped Black America*, Hoston 1983, p.260.

13 P Fryer, *Staying Power*, Londres 1984, pp.165-90.

14 Rose et al., *Not in Our Genes*, Harmondsworth 1984, pp.126-7.

instância é que as características que justificam a opressão são inerentes ao grupo oprimido. Uma vítima do racismo não pode transformar-se para evitar a opressão; pessoas negras, por exemplo, não podem mudar a sua cor. Isso representa uma diferença importante, por exemplo, entre opressão racial e opressão religiosa, uma vez que a solução para alguém que seja perseguido por motivos religiosos é mudar a sua fé.

Assim não há saída para a opressão pelos membros da “raça” subordinada. Agora, essa forma de opressão é peculiar às sociedades capitalistas. Deve ser diferenciada de uma característica difundida nas sociedades pré-capitalistas, notadamente os preconceitos contra estrangeiros. A maior parte das pessoas antes do advento do capitalismo industrial era formada por camponeses que viviam em pequenas comunidades rurais. A pobreza das comunicações na época significava que o contato com pessoas de fora de um raio extremamente limitado era muito raro. O resultado era frequentemente um envolvimento intenso, quase sufocante, com a vida dos demais membros da comunidade, combinado com uma profunda ignorância e suspeita dos estrangeiros. O que o sociólogo Zygmunt Bauman chama de “heterofobia” (ressentimento da diferença) não é a mesma coisa do racismo moderno: *“Em um mundo que se vangloria da capacidade sem precedentes de melhorar as condições humanas, reorganizando os assuntos humanos em uma base racional, o racismo manifesta a convicção de que certa categoria de seres humanos não pode ser incorporada a essa ordem racional, qualquer que seja o esforço”*¹⁵.

O que é notável sobre as sociedades escravistas e feudais da Europa pré-capitalista é, contrariamente às afirmações de Robinson e Marable, a ausência de ideologias e práticas que excluía e subordinavam um grupo particular sobre a base de sua inferioridade inerente. As sociedades escravistas da Grécia e Roma clássicas não parecem ter se apoiado no racismo para justificar o uso em grande escala de escravos para proporcionar à classe dominante o seu sobreproduto. O historiador negro norte-americano, Frank M Snowden Jnr, escreve: *“O intercuro social [entre negros e brancos] não fez surgir entre gregos e romanos os preconceitos de cor de certas sociedades ocidentais posteriores. Os gregos e romanos não desenvolveram teorias de superioridade branca”*¹⁶. O exemplo mais notável da ausência de racismo baseado na cor na Antiguidade clássica é proporcionado pelo caso de Septimus Severus, imperador romano de 193 a 211 d.C., que quase certamente era negro. Uma das principais características do domínio romano era o esforço de incorporar aristocracias locais a uma classe dominante que compartilhava uma cultura que fundia as tradições grega e romana. (...)

(...) Nas sociedades feudais que emergiram na Europa Ocidental após a queda de Roma, as classes dominantes identificavam-se como seguidores de uma religião particular, o cristianismo. A Europa cristã definia a si própria como a Cristandade em guerra contra os seguidores da fé rival do Islã. Judith Herrin observa: *“À medida em que o mundo antigo entrava em colapso, a fé e não o domínio imperial tornou-se a característica que identificava o universo, que os cristãos chamavam de oikoumene e os muçulmanos Dar al Islam. A religião havia realizado a fusão do político, do social e do cultural em sistemas auto-*

15 Z Bauman, *Modernity and the Holocaust*, Cambridge 1991, pp- 62-3, 65.

16 FM Snowden Jnr., *Blacks in Antiquity*, Cambridge Mass. 1970, pp.182-3.

*contidos, separados por suas diferenças de fé*¹⁷.

O mundo mediterrâneo (e suas extensões na Europa e na Ásia centrais) tornou-se, dessa maneira, polarizado entre duas civilizações rivais, o Islã e o Cristianismo, cujo conflito estendeu-se por dez séculos, das conquistas árabes de boa parte do Império romano oriental logo após a morte do fundador do Islã, Maomé, em 632, até o segundo cerco de Viena em 1683. Mas apesar da ferocidade dessa luta, não foi uma luta racial. Conversões de uma fé para outra ocorriam algumas vezes. Durante as Cruzadas os governantes cristãos e muçulmanos realizaram alianças com frequência. E no clímax da ameaça Otomana à Cristandade no século 16 o rei da França tendeu a apoiar o Sultão da Turquia em sua luta contra os governantes da dinastia Habsburgo na Espanha como um modo de enfraquecer um perigoso rival europeu.

Seguidores de outras fés que não a fé dominante eram frequentemente discriminados ou perseguidos de vários modos: os exemplos mais notáveis no caso da Cristandade medieval foram talvez os massacres muito comuns de judeus na época da I Cruzada no final do século 11 e o extermínio dos Cathars de Languedoc no começo do século 13. Contudo as perseguições religiosas desse tipo não eram o mesmo que opressão racial. Talvez isso seja melhor salientado pelo caso dos judeus. O que Hanna Arendt chama de a “*suposição de um antissemitismo eterno*”, segundo a qual “*explosões não necessitam explicação especial porque são consequências naturais de um problema eterno*”, é bastante difundida¹⁸. Nessa visão o Holocausto ocorre simplesmente como o último caso de 2.000 anos de antissemitismo.

Mas como assinala Zygmunt Bauman, enquanto na Europa pré-moderna os judeus estavam em uma posição particularmente vulnerável por causa de seu status como outsiders religiosos isso não “*impedia a sua acomodação à ordem social prevalecente (...) Em uma sociedade dividida em estados ou castas os judeus eram apenas um estado ou casta dentre muitos. O judeu individual era definido pela casta à qual pertencia, e pelos privilégios ou fardos que a casta desfrutava ou suportava. Mas o mesmo se aplicava a todos os outros membros da mesma sociedade*”¹⁹ O antissemitismo moderno desenvolveu-se no século 19 tendo como pano de fundo o colapso dessa ordem hierárquica de estados, e tratava o judeu não como um outsider religioso, mas como o membro de uma raça biologicamente inferior. Foi a emergência do antissemitismo racial que fez a “Solução Final” nazista concebível em termos ideológicos. Nas palavras de Arendt, “*os judeus foram capazes de escapar do judaísmo [religioso] através da conversão; do judaísmo [racial] não houve escapatória*”²⁰

Pelo final do século 19 os judeus já não eram uma minoria religiosa, com o seu lugar – embora subordinado e vulnerável – dentro da ordem social existente. Nas sociedades turbulentas, belicosas e polarizadas da Europa moderna eles ficaram marcados ideologicamente como os principais bodes expiatórios para esses antagonismos. Os judeus adquiriram esse rótulo como um resultado da ideologia racial que, como veremos, foi construída como uma justificação para o domínio europeu do resto do mundo. A tentativa dos

17 S Herrin, *The Formation of Christendom*, Oxford 1987, p.8.

18 H Arendt, *The Origin of Totalitarianism*, Londres 1986, p.7.

19 Bauman, *Modernity*, p.35. As tensões que cercavam a posição dos na Europa prémoderna estavam, de fato, relacionados intimamente à sua posição econômica peculiar, frequentemente como os principais praticantes do comércio em sociedades predominantemente agrárias: ver A Leon, *The Jewish Question*, Nova Iorque 1970, esp. cap. III e IV.

20 Arendt, *Origins*, p.87.

nazistas de exterminá-los não foi, portanto, a última expressão do que um autor chama de o “ódio mais antigo”, mas uma consequência das profundas tensões no coração do capitalismo moderno.

4. Escravidão e Desenvolvimento Capitalista

O racismo como o conhecemos hoje desenvolveu-se durante um período chave no desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção dominante em escala global – o estabelecimento das plantações coloniais no “Novo Mundo”, durante os séculos 17 e 18, utilizando o trabalho escravo importado da África para produzir bens de consumo como tabaco, açúcar e algodão para o mercado mundial.

Peter Fryer traçou o seu desenvolvimento na Grã-Bretanha: “O racismo emergiu na tradição oral em Barbados no século 17 e cristalizou-se em forma impressa na Grã-Bretanha no século 18 como a ideologia da ‘plantocracia’, a classe dos plantadores de cana-de-açúcar e dos mercadores de escravos que dominavam as colônias inglesas no Caribe”²¹

A afirmação mais influente dessa ideologia foi dada por Edward Long em *History of Jamaica* (1774) [História da Jamaica], mas já em 1753 o grande filósofo escocês David Hume, um dos gigantes do Iluminismo do século 18, tinha declarado: “*Estou apto a suspeitar que os negros, e em geral todas as outras espécies de homens (...) sejam naturalmente inferiores aos brancos*”²².

O desenvolvimento do que Robin Blackburn chama de “escravidão sistêmica” nas plantações da América do Norte e das Antilhas, exigindo a importação de algo como 6 milhões de cativos africanos somente no século 18, é um dos maiores crimes do capitalismo²³. Contudo é um argumento comum que a existência anterior do racismo é que levou à exploração dos escravos africanos. Essa interpretação foi colocada em xeque por Eric Williams em seu estudo clássico: “*A escravidão não nasceu do racismo: ao invés disso, o racismo foi a consequência da escravidão. O trabalho cativo no Novo Mundo era marrom, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão*”²⁴.

De fato, as economias de plantation inicialmente se apoiavam no trabalho cativo branco na forma de indentured servants [servos arregimentados com base em contratos de servidão], que concordavam em trabalhar para um senhor particular numa base servil por três ou cinco anos em troca de passagem gratuita da Europa: “*mais da metade dos imigrantes brancos na América do Norte colonial chegaram como indentured servants; o Caribe britânico e o francês também absorveram dezenas de milhares desses trabalhadores, que podiam ser comprados por preço mais barato que os escravos. No total, algo em torno de 350.000 servos foram destinados às colônias britânicas até os anos 1770*”²⁵.

Barbara Fields afirma que as plantações de tabaco da colônia de Virgínia “*se apoiavam primeiramente sobre os ombros dos indentured servants ingleses, não dos escravos africanos*” até o final do século 17: “*Indentured servants serviam termos mais longos na Virgínia do que*

21 Fryer, *Staying Power*, p.134.

22 D. Hume, *Essays, Moral, Political, and Literary*, Indianapolis 1985, pp.629-30. Hume diminuiu um pouco o racismo desta passagem em sua versão final: ver *ibid.*, p.208 n. 10.

23 R Blackburn, *The overthrow of Colonial Slavery 1776-1848*, Londres 1988, Introdução.

24 B Williams, *Capitalism and Slavery*, Nova Iorque 1961, p.6.

25 Blackburn, *Overthrow*, p.11.

os seus homólogos ingleses e desfrutavam de menos dignidade e menos proteção na lei e nos costumes. Eles podiam ser comprados e vendidos como gado, ser sequestrados, roubados, colocados como apostas em jogo de cartas, e dados como prêmios – mesmo antes de sua chegada à América – aos vitoriosos em processos judiciais. Magnatas avaros (se o termo não é redundante) reduziam a alimentação dos servos, impediam-nos, de modo desonesto, de exercerem seu direito à liberdade, quando eles tinham cumprido o seu prazo. Os servos eram espancados, aleijados e mesmo mortos impunemente”²⁶.

Como observa Fields, a “única degradação” da qual os servos brancos eram poupados era “a escravização perpétua”. Essa era a grande desvantagem que os indentured servants representavam para os proprietários das plantations, uma vez que não lhes asseguravam uma oferta de trabalho estável, de longo prazo, para responder à crescente demanda dos produtos coloniais. Mas, afirma Fields, não era a cor que impedia os servos de serem escravizados, mas os limites impostos ao poder dos proprietários por “*séculos de disputas cotidianas, abertas e dissimuladas, armadas e desarmadas, pacíficas e beligerantes*”, entre exploradores e explorados na Inglaterra:

“Uma degradação em massa dos servos em escravos teria elevado a temperatura das lutas, uma empresa perigosa considerando que os servos eram bem armados, que eles sobrepujavam os seus senhores numericamente, e que os indígenas poderiam facilmente tirar vantagem da inevitável guerra no seio do inimigo. Além do mais, a escravização de imigrantes já instalados [na colônia], uma vez que essa notícia chegasse à Inglaterra, teria ameaçado as fontes de futuras imigrações. Mesmo o senhor mais avaro e míope podia prever o desastre em tal política.”²⁷

A solução para os problemas de oferta de mão-de-obra veio com a importação, a partir dos anos 1680, de “*trabalhadores africanos em número cada vez maior*”, que “*tornou possível manter grupos de trabalhadores suficientes nas plantations, sem criar uma carga explosiva de ingleses armados ressentidos por lhes serem negados os direitos de todos os ingleses e dispondo de recursos políticos e materiais para fazer sentir esse ressentimento*”²⁸

O racismo desenvolveu-se no contexto criado pelo desenvolvimento da “*escravidão sistêmica*” do Novo Mundo: a ideia de que os africanos eram (nas palavras de Hume) “*naturalmente inferiores*” aos brancos justificou o ato de negar-lhes “*os direitos dos ingleses*” e escravizá-los. (...)

(...) Em sociedades tão hierárquicas [Callinicos está se referindo à antiguidade greco-romana e ao feudalismo, que mencionara nos parágrafos anteriores que foram retirados, discutindo porque, nesses casos, não foi necessário criar uma ideologia como o racismo, para “justificar” o uso de escravos] a escravidão era apenas um dentre o espectro de vários status desiguais, não requerendo explicação especial. Na sociedade capitalista é diferente. Pois o modo de produção capitalista se baseia na exploração do trabalho assalariado livre. O trabalhador assalariado é, afirma Marx, “livre em um duplo sentido, livre das velhas relações de (...) escravidão e servidão, e, em segundo lugar, livre de todos os pertences e posses e (...) livre de toda a propriedade”²⁹. Não é a subordinação legal e política ao explorador, mas a sua

26 R I Fields, 'Slavery, Race and Ideology in the United States of America', New Left Review 181, 1990, p. 102.

27 Ibid., pp.102-3.

28 Ibid., p. 105.

29 Marx, Grundrisse, Harmondswonh 1973. p.507.

separação dos meios de produção e a compulsão econômica resultante para vender o seu único recurso produtivo, a força de trabalho, que é a base da exploração capitalista. Trabalhador e capitalista confrontam-se no mercado de trabalho como legalmente iguais. Os trabalhadores são perfeitamente livres para não venderem a sua força de trabalho: é somente o fato de que a alternativa é a fome ou a fila dos desempregados que os leva à sua venda. Daí que o mercado de trabalho seja, como afirmou Marx, “*um Éden dos direitos inatos do homem*”, “*o reino exclusivo da Liberdade, Igualdade, Propriedade, e Bentham*”. É somente “no lar oculto da produção” que a exploração tem lugar³⁰

Esse contraste entre a igualdade formal e a desigualdade real entre capitalista e trabalhador é um traço fundamental da sociedade burguesa, refletido em muitos aspectos de seu desenvolvimento. As grandes revoluções burguesas, que varreram os obstáculos à dominação do modo de produção capitalista, mobilizaram as massas sob a bandeira da liberdade e igualdade. “*O homem mais pobre da Inglaterra tem uma vida para ser vivida tanto quanto aquele que é o maior de todos, e portanto (...) cada homem que vive sob um governo deve em primeiro lugar, por seu próprio consentimento, colocar-se sob esse governo*”, disse Coronel Rainsborough nos debates Putney de 1647. “*Consideramos essas verdades como sendo autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, que entre esses [direitos] estão a vida, liberdade e a busca da felicidade*”, proclama a Declaração da Independência de 1776. E a grande Revolução francesa de 1789 foi realizada sob a bandeira de Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Entretanto o paradoxo era que o capitalismo, cuja dominação envolve a exploração do trabalho livre, beneficiou-se enormemente da escravidão colonial durante uma fase crítica de seu desenvolvimento. Essa relação continuou pela era da Revolução Industrial com as fábricas têxteis do norte da Inglaterra importando as matérias primas principais das plantações escravas do sul norte-americano. A dependência do capitalismo no trabalho escravo tornou-se uma anomalia que exigia explicação. Foi nesse contexto que começou a predominar a ideia de que os negros eram sub-humanos e que, portanto, não demandavam o respeito igual, um direito cada vez mais reconhecido como sendo um direito de todos os seres humanos.

Barbara Fields argumenta que a “ideologia racial” predominou especialmente entre os “yeomanry brancos” no sul dos EUA – os pequenos fazendeiros e artesãos que, representando quase dois terços da população do Velho Sul, em sua maioria não possuíam escravos e procuravam afirmar sua reivindicação à independência política e econômica dos plantadores: “*A ideologia racial proporcionou os meios de explicar a escravidão a pessoas cujo terreno era uma república fundada sobre as doutrinas radicais de liberdade e direitos naturais; e, mais importante, uma república na qual aquelas doutrinas pareciam representar acuradamente o mundo no qual viviam todos, menos uma minoria. Somente quando a negação da liberdade tornou-se uma anomalia aparente até mesmo para os membros menos observadores e reflexivos da sociedade euro-americana é que essa ideologia passou a explicar sistematicamente a anomalia*”³¹

De modo semelhante Peter Fryer mostra como o racismo emergiu na Grã-Bretanha do século 18 “*como uma ideologia em grande parte defensiva – a arma de uma classe cuja riqueza,*

30 Marx, Capital Vol.1, pp.279-80.

31 Fields, 'Slavery', p.114

modo de vida e poder estavam sob ataque cerrado”³²

Os ideólogos racistas, como Long, escreveram para defender os plantadores das Antilhas das pressões crescentes para abolirem não só o comércio escravo, mas a própria instituição da escravidão. Mas a ideologia racista sobreviveu à abolição, e recebeu, aliás, uma elaboração teórica posterior durante o século 19 na forma da pseudocientífica biologia de raças, a qual lançou mão de uma versão vulgarizada da teoria da seleção natural de Darwin. Isso refletiu o fato de que a anomalia que havia dado origem ao racismo continuava a existir em uma outra forma, a dominação do mundo por um punhado de potências europeias (ou, no caso dos EUA e da Rússia, europeizadas). Esse estado de coisas era justificado pela ideia de que a constituição biológica dos asiáticos e africanos tornava-os adequados para serem dominados pelas “raças” brancas, cujo dever era governar o mundo nos interesses de seus súditos. A afirmação clássica dessa visão é o poema “The White Man’s Burden” de Rudyard Kipling, escrito em 1898 como um apelo aos EUA, então apenas no início de sua carreira como potência imperialista:

*Tomai o fardo do Homem Branco
Enviai os teus melhores filhos –
Ao exílio entrelaçados
Para servir às faltas de teus cativos;
Para esperar em duro ofício
Gentes agitadas e selvagens –
Vossos recém conquistados, fastientos povos
Meio demônios, meio crianças*³³.

Mulheres, Raça e Classe (1981) – Angela Davis

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (p. 17).

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico “a mulher era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa³⁴”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (p. 17-18).

Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou *mammy* na “casa-grande”. Pai Tomás e Sambo³⁵ sempre tiveram

32 Fryer, *Staying Power*, p.134.

33 Ver a interessante discussão de Chris Hitchens sobre o papel de Kipling como 'o Bardo do Império' in *Blood, Class and Nostalgia*, Londres 1990, cap.3.

34 Kenneth M. Stampp, *The peculiar institution: slavery in the antebellum South*.

35 As figuras evocadas são personagens de livros, filmes e canções que se tornaram parte do imaginário

como companheiras fiéis Tia Jemima e *Mammy* – estereótipos que pretendem capturar a essência do papel da mulher negra durante o período de escravidão. Como em geral acontece, porém, a realidade se opõe diametralmente ao mito. Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura [...] Por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura (p. 18).

Da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade, as meninas eram designadas para trabalhar o solo, coletar algodão, cortar cana, colher tabaco. Uma idosa entrevistada durante os anos 1930 descreveu sua iniciação na lavoura, durante a infância, em uma fazenda de algodão do Alabama:

“Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: ‘Leve essa preta para aquela plantação de algodão’³⁶. (p. 18-19).

A experiência de Jenny Proctor era típica. A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (p. 19).

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (p. 19).

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mais isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam

popular e passaram a personificar certos esterótipos. O nome Sambo é atribuído a um dos escravos de *A cabana do Pai Tomás* e também ao personagem do livro infantil britânico *The Story of Little Black Sambo*; na cultura popular dos Estados Unidos no século XIX, era usado como uma referência, carregada de conotações pejorativas, à figura do homem negro como preguiçoso, despreocupado e malandro, tentando se aproveitar de situações para enganar os brancos. Tia Jemina, por sua vez, vem de uma canção dos shows de variedades do século XIX (“Old Aunt Jemima!”, de 1875) e, posteriormente, tornou-se uma marca comercial de produtos de café da manhã, razão pela qual a expressão passou a ser usada para se referir à cozinheira negra. Já Mammy designava as mulheres negras que se incumbiam das crianças, provendo-lhes todo o cuidado de saúde, higiene e alimentação e, eventualmente, realizando outras tarefas da casa; foi também nome de uma personagem do livro *E o vento levou...*, assim como do filme nele baseado.

36 Mel Watkins e Jay Davids (Orgs), *To be a Black Woman: portraits in fact and fiction*.

a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar.

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais”.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (p. 20).

***Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*³⁷ (1705) – Jesuíta George Benci**

Que sendo o gênero humano livre por natureza, e senhor não somente de si, senão também de todas as demais criaturas (pois todas elas as sujeitou Deus a seus pés, com disse Davi), chega grande parte dele a cair na servidão e cativo, ficando um senhores e outros servos, foi sem dúvida um dos efeitos do pecado original de nossos primeiros pais Adão e Eva, donde se originaram todos os nossos males (p. 47).

Que os senhores devem castigar aos servos, merecendo eles o castigo

Para trazer bem domados e disciplinados os escravos é necessário que o senhor lhes não falte com o castigo, quando eles se desmandam e fazem por onde o merecem. *Flagellum equo, et camus asino, et virga in dorso imprudentium*³⁸, diz Salomão nos seus Provérbios. Assim como o ginete necessita da espora e o jumento do freio, para serem governados; assim os imprudentes e maus necessitam da vara e do castigo, para que sejam morigerados³⁹ como devem, e não faltem à sua obrigação. Esta é a genuína e literal exposição deste texto como têm concordamente os Expositores. Mas, tomando eu tanto a meu cargo defender a causa dos escravos, contra os senhores, que os maltratam, parece que não devia aprovar que se executasse neles genero algum de castigo, senão abominar como cruéis e inumanos os senhores, que de qualquer modo os castigam. Assim havia de ser, se os escravos fossem de condição tão branda e bem domada, que se acomodassem ao que é razão. Mas como eles ordinariamente são voluntários, rebeldes, e viciosos, não é possível que saiam bem disciplinados sem a disciplina ou sem o castigo (p. 126).

Que os senhores devem ocupar aos servos no trabalho, para que mereçam o sustento e não se façam insolentes contra os mesmos senhores

[...] Assim como é justo que o senhor não falte a seu escravo com o pão; assim também é justíssimo que o mesmo escravo não falte a seu senhor com o serviço, mereça o pão que

37 A linguagem foi adaptada à escrita atual.

38 “Açoite é para o cavalo, o freio para o jumento, e a vara é para as costas dos tolos”.

39 Moderado no modo de viver; bem educado.

come. Mas para que o possa merecer, deve o senhor aplicá-lo ao serviço (p. 171-172).

Devendo pois os escravos merecer o que comem, justo é que trabalhem; e sendo justo que eles trabalhem, justo é também que o senhor os ocupe e os não deixe andar ociosos; principalmente no tempo em que isto escrevo, pois tanto nos aperta a carestia. Que razão pode haver, para que os senhores do Brasil sustentem das portas adentro tão grande número de ociosos e de ociosas? Por que não põem em suas mãos uma enxada para que plantem mantimentos, e tenham como sustentar os senhores e a quem lhes trabalha? Já basta que as senhoras do Brasil estão padecendo há tantos anos os rigores da fome, sustentando no estrado as escravas a fazer rendas, que não lhes rendem mais que ociosidades (p. 174).

O trabalho pois é o melhor remédio para trazer os servos sujeitos e bem domados. Só trabalhando eles, pode viver descansado o senhor (p. 175).

Os quilombos e a rebelião negra (1986) – Clóvis Moura

Muito se tem escrito ultimamente no Brasil sobre a escravidão, ou melhor, sobre o regime escravista. A discussão que se desenvolve centra a sua ótica nas relações de produção, nos mecanismos de distribuição e nas eventuais e prováveis consequências desse período na nossa atual sociedade. Parece-nos, porém, que na maioria desses estudos pouca ou nenhuma importância se dá ao papel do escravo como participante do processo contraditório de lutas e reajustes que caracterizou o sistema escravista (p. 07).

[...] o escravo não era apenas *coisa*, de acordo com as leis do tempo. Se assim fosse não haveria outra dinâmica social durante o regime escravista além daquela que as outras classes e camadas imprimiram. O escravo, no entanto, se, de um lado, era apenas *coisa*, do outro lado era *ser*. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana. E isto era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema (p. 08).

O escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observava a história. Não foram os escravos “testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo”, como quer Fernando Henrique Cardoso, mas, pelo contrário, um componente dinâmico permanente no desgaste ao sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo do seu desmoronamento (p. 08).

Os quilombos na história social do Brasil

Quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, segundo resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740 (p. 16).

De acordo com esta definição da Metrópole, o Brasil se converteu, praticamente, em um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. O quilombo, conforme a definição acima, por isto mesmo, não foi um fenômeno esporádico. Pelo contrário. Renato Mendonça, fazendo um estudo da toponímia do Brasil, mostrou a constância de nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, ou simples acidentes geográficos como serras e rios, com o nome de mocambo ou quilombo, fato que vem demonstrar a sua importância social e a sua permanência na consciência histórica (p. 16-17).

[...] o fenômeno não foi circunscrito a uma área, mas pontilhou todo o território brasileiro

durante o período em que a escravidão existiu. (p. 17).

Esses quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com o seu número de habitantes. Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isto, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização. Os grandes, porém, já eram muito mais complexos. O de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais. Igual número tinha o de Ambrósio, também naquele Estado (p. 17-18).

Isto exigia uma organização muito mais complexa, conforme veremos adiante. Aparentemente o quilombo era um grupo defensivo. No entanto, em determinados momentos tinha necessidade de atacar a fim de conseguir artigos e objetos sem os quais não poderia sobreviver, especialmente pólvora e sal. Fazia igualmente sortidas para conseguir mulheres e novos membros para o reduto. Convém notar, porém, que o quilombo, além de não ser completamente defensivo, nunca foi, também, uma organização isolada. Para o seu núcleo convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados. Tinham, igualmente, contato com os grupos de bandoleiros e guerrilheiros que infestavam as estradas. Muitas vezes, através desses grupos, eram informados da aproximação de expedições punitivas contra eles (p. 18).

História do negro brasileiro (1992) – Clóvis Moura

O negro escravo no Brasil-Colônia

Esse grande povoador do Brasil que foi o negro, povoou-o, porém, em condições desfavorabilíssimas, pois o fez na condição de escravo. O auge do escravismo coincide com o auge da exportação do açúcar para o mercado internacional. Este montante de produção, para que houvesse equilíbrio, necessitava externamente de um comprador que o consumisse todo e, internamente, de homens que trabalhassem para gerá-lo em condições de dar lucros compensadores aos senhores de engenho (p. 15).

Durante o período do Brasil-Colônia, quando chega ao seu esplendor a produção açucareira, registra-se também o pico da importação de negros escravos. Mas essa produção era conseguida através de normas de trabalho estabelecidas pela classe senhorial e pelas estruturas de poder da época. E cabe perguntar: em que condições os escravos produziam essa riqueza? (p. 15).

As descrições de testemunhas variam, mas a realidade na sua essência é uma só; o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro, semovente, como o porco ou o cavalo (p. 15-16).

A quilombagem como agente de mudança social

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (p. 22).

A sua dinâmica expressava a contradição fundamental da época, isto é, aquela que existia entre os escravos e os seus senhores e aparecia, em consequência disso, em todas as áreas e épocas em que o sistema de produção escravista foi estabelecido (p. 22).

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia (p. 22).

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele. Dessa forma, o quilombo é o centro organizacional da quilombagem, embora outros tipos de manifestação de rebeldia também se apresentassem, como as guerrilhas e diversas outras formas de protesto individuais ou coletivas (p. 23).

A quilombagem era, por isto, a manifestação mais importante, que expressava a contradição fundamental do regime escravista. Os senhores de escravos, por outro lado, não desdenhavam a sua importância e se municiavam de recursos (militares, políticos, jurídicos e terroristas) para combatê-la (p. 24).

A prática da quilombagem

Por esses motivos é um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas (p. 24).

Era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial. Era no quilombo ou nas demais manifestações da quilombagem que essa população marginalizada se recompunha socialmente. Por tudo isto a quilombagem tem uma dimensão nacional, conforme já dissemos (p. 24).

No emblemático ano de 1789, mas em Ilhéus, Bahia, negras e negros escravizados se rebelaram, mataram o mestre de açúcar, tomaram as ferramentas e pararam o trabalho por quase dois anos. Combatidos, implacavelmente, estes mesmos negros redigiram uma espécie de tratado de paz e exigências, para que retornassem ao trabalho. Segundo relato de João José dos Reis⁴⁰, o senhor de engenho, Manuel da Silva Fernandes, armou uma cilada para os rebelados ao simular acordo com o tratado, prendendo seus líderes e pondo fim ao movimento de ocupação.

Pela riqueza histórica deste processo e pelo presumido amplo desconhecimento deste tratado, vamos reproduzi-lo na íntegra⁴¹:

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber.

40 Reproduzido por Clóvis Moura (1986, p. 72-73).

41 Moura reproduziu a partir de Stuart B. Schwartz (1986, p. 73-75).

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo.

Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas.

Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem e mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas⁴².

Para o seu sustento tenha lancha de pescaria ou canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande para quando for para Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a das canas em cada freixe.

No barco há de pôr quatro varas, e um para o leme, e um no leme puxa muito por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e um em cima.

A medida de lenha há de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.

Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas há de pôr quatro moedeiras, e duas guindas, e uma carcanha.

Em cada uma caldeira há de haver botador de fogo, e em cada terno de faixas o mesmo, e no dia sábado há de haver remediavelmente peija no Engenho.

Os martinheiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhe dá, hão de ter gibão de baeta, e todo o vestuário necessário.

O canal de Jaribú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues.

Podemos plantar nosso arroz onde quisermos e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandás ou outro qualquer pau sem darmos parte para isso.

A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para servimos como dantes, por que não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença.

Sociologia do negro brasileiro (1988) – Clóvis Moura

Organização familiar: poligamia e poliandria

O casamento era feito sem nenhum ritual significativo, ou solenidade maior. Pelo menos até o momento não se encontram informações que evidenciem o contrário. Por outro lado, Palmares reproduzia, dentro das suas fronteiras, a desproporção de sexos existente na população escrava, isto porque os senhores preferiam comprar, para os trabalhos do eito, homens jovens e mulheres as quais eram destinadas à escravidão doméstica, cujo número era insignificante em relação à grande massa de escravos trabalhadores na agroindústria açucareira. Por este motivo os traficantes selecionavam essa mercadoria humana de acordo com as preferências do mercado e a vontade dos fazendeiros. Calcula-se que para cada mulher havia três ou mais homens, com variações regionais. Este fato irá refletir na composição, por sexos, da população palmarina com desequilíbrios evidentes na organização familiar (p. 174).

Por isto, se os palmarinos mantivessem, nas suas fronteiras, o casamento monogâmico que os senhores impunham nas suas fazendas, ou a promiscuidade também ali permitida, haveria um desequilíbrio na vida familiar e sexual tão agudos que a desarticulação social seria inevitável, com repercussão de desajuste em todos os níveis da estrutura social. Para resolver esse impasse de importância fundamental, os palmarinos foram obrigados a instituir dois tipos

42 Casta de negros sudaneses.

fundamentais de organização familiar. Um seria a família polígama e outro a família poliândrica.

Essa dupla organização familiar, surgida de causas que já apontamos, isto é, o desequilíbrio da população palmarina segundo o sexo, veio equilibrar o comportamento dos dois sexos e ordenar socialmente essa instituição (p. 174-175).

Os quilombos e a rebelião negra (1986) – Clóvis Moura

Quando inventariamos as lutas dos escravos brasileiros durante os quase quatrocentos anos de regime escravista, uma coisa deve ser ressaltada para se compreender melhor a forma como o trabalho livre foi extinto no Brasil: nunca houve um entrosamento mais profundo entre essas lutas [dos escravos] e o movimento abolicionista. Pelo contrário, os quilombolas e os insurretos urbanos nunca tiveram seu apoio. Se um Luís Gama – filho de negra rebelde – afirmava que o escravo que matava o seu senhor praticava um ato de legítima defesa, o que era normal, no entanto, entre aqueles que participavam do movimento abolicionista era justamente afastá-lo da efervescência das senzalas (p. 79).

Joaquim Nabuco dizia textualmente: “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a Lei de Linch⁴³, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar” (p. 79-80).

[...] a posição de Nabuco foi sempre, como a da maioria dos abolicionistas moderados, a de ver o problema como uma simples substituição da mão-de-obra. E esta mão-de-obra que devia ser substituída não podia, por isto mesmo, ter papel decisório nesse processo. Se isto tivesse acontecido, o programa abolicionista seria bem outro, a solução diferente e a situação dos ex-escravos também. O negro devia ser excluído, como agente histórico pelos próprios abolicionistas. Esta atitude tem continuidade nos nossos dias, com o discurso liberal, que não aceita as lutas dos escravos como um fato político, mas como simples manifestação de homens que, “mantidos até hoje ao nível de animais”, jamais poderiam participar do processo de mudança social no qual eram os principais interessados. Aquilo que José Honório Rodrigues chamou “a rebeldia negra” e o levou a dizer que essa rebeldia foi “um problema na vida institucional brasileira, representou um sacrifício imenso, violentou o processo histórico e originou um debate historiográfico” ainda é situado por muitos como elemento episódico e negativo. Mas o mesmo José Honório Rodrigues afirma que, “como reação ao sistema escravocrata, a rebeldia negra, insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez ver a historiografia oficial” (p. 80-81).

É que essa “rebeldia negra” antecede em muito o movimento abolicionista. Enquanto a primeira desde o século XVII já se consubstanciava em um fato histórico tão relevante como a República de Palmares, o movimento abolicionista somente se manifestará, organizada e politicamente, quando o sistema escravista entra em sua crise irrecuperável do final do século XIX. É exatamente a este movimento tardio que se deseja dar o mérito da Abolição. Ao contrário. Se méritos devem ser computados deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram (p. 81).

43 Linchamentos.

Independência sem abolição (2017) – Hertz Dias

O Estado brasileiro nasceu oficialmente com a proclamação da independência em 1822. Na América Latina, o Brasil foi o único país a ficar independente mantendo a escravidão, numa trama que envolveu as classes dominantes do Brasil (colônia), de Portugal (metrópole) e da Inglaterra.

No entanto, os interesses dessa tríade nem sempre foram os mesmos, o medo sim! A notícia de que uma insurreição negra ocorrida no Haiti entre 1791 e 1804 havia não somente acabado com a escravidão, mas eliminado fisicamente os senhores brancos, se espalhava pelo mundo e atemorizava as elites. O Brasil, por sua vez, era a colônia mais negra do mundo.

Nessa época, os senhores controlavam os meios de produção e os escravos, mas não o “filé mignon” das riquezas produzidas. A empresa colonial foi montada sob a dominação da burguesia mercantil portuguesa como forma de garantir a rapinagem de tudo o que era produzido. Os senhores de escravos precisavam se livrar dessa incômoda situação.

É verdade que eles acumulavam riquezas, mas nada comparável à acumulação de capitais que ocorria na Europa às custas da escravidão nas colônias. Como lembrou o observador Sierra y Mariscal, “*o senhorio de engenho trabalha incessantemente para terceiros e não para si*”. De fato, nossa elite era uma classe serviçal da dominação metropolitana. Nos seus olhos brilhava o desejo de se livrar da dominação política de Portugal para garantir sua liberdade econômica (liberalismo), mas na sua memória rondava o espectro da revolução negra do Haiti.

Porém, as leis da história são mais poderosas do que as vontades humanas. O capitalismo europeu se industrializava. As forças produtivas deveriam ser destravadas. Independência e abolição deveriam ocorrer como subprodutos das revoluções burguesas europeias. A Inglaterra exigia que o trabalho fosse livre e a elite colonial exigia que o comércio livre fosse. Os ingleses queriam ter liberdade para importar matéria-prima para alimentar suas indústrias e exportar produtos industrializados, a elite colonial queria ter liberdade para negociar seus produtos primários no mercado mundial em condições melhores. O monopólio comercial precisava ser quebrado, revoluções políticas deveriam acontecer para ajustar a superestrutura política à estrutura econômica. No Brasil, porém, a história foi regida por outras leis.

Para conquistar a independência política, os senhores de escravos teriam que abrir fogo contra Portugal, mas para isso precisariam mobilizar uma base social poderosa. Não havia outra, a não ser os escravos. A experiências nas Conspirações do século XVIII (Mineira em 1789; Baiana em 1798) e a Insurreição Pernambucana de 1817, todas elas sufocadas, mostrou para essa elite brasileira que sem escravos armados a derrota seria certa.

A guerra de independência das colônias inglesas (1776-1783), que deu origem ao Estados Unidos, servia como exemplo para os propósitos desses senhores, já que por lá a independência foi conquistada preservando a escravidão. Porém, cabe lembrar que apenas 10% da população era escrava nas 13 colônias inglesas onde a guerra anticolonial foi conduzida por uma burguesia manufatureira do norte em aliança pontual com os escravos do Sul. No Brasil, sequer havia parque manufatureiro expressivo. O fim da escravidão por aqui significaria a ruína econômica da elite escravista. Como disse o Jesuíta Antonil “*os escravos eram as mãos e os pés dos senhores de engenho*”. Mais da metade da nossa população era escrava. Também uma revolução escrava no Brasil aos moldes da ocorrida no Haiti implicaria na expropriação das terras da classe dominante. Com isso, perderia os senhores de escravos, perderia o capitalismo europeu.

Então, como levar a cabo uma revolução política com batalhões de escravos sem que as estes fossem garantida a emancipação? Como fazer isso, sem que a revolução política não se

transfigurasse em uma revolução social sob o controle dos escravos? Não por acaso, por toda a colônia haviam leis que proibiam aos escravos portar armas. Para Décio Freitas (1983), “*um escravo armado seria um ex-escravo*”.

Uma independência feita por cima para não perder o controle por baixo

No contexto das guerras burguesas, Napoleão havia invadido Portugal (1807-1808). Os heróis da nossa burguesia fugiram para o Brasil em 1808 sob a escolta da marinha inglesa. Botando o pé no Brasil, logo tomaram algumas medidas como a abertura dos portos às nações amigas. A Inglaterra foi o país mais privilegiado com essas medidas. A abertura dos portos significava o afrouxamento da dominação metropolitana, ao mesmo tempo em que Portugal e o Brasil ficavam cada vez mais dependentes militar e economicamente da Inglaterra.

No entanto, em 1820 estourou em Portugal a Revolução Liberal do Porto, que pretendia estabelecer uma nova Constituição que limitasse o poder da monarquia. A burguesia portuguesa exigiu o imediato retorno D. João VI para Lisboa, ao mesmo tempo que pretendia recolonizar o Brasil. Para os senhores de escravos isso seria um retrocesso.

O quadro que se desenhava era da eclosão de uma guerra de independência envolvendo Brasil e Portugal. Porém, o Haiti e o quilombo de Palmares refrescavam a memória dessa gente. Ambas ocorreram em contextos de divisões ocorridas no interior das classes dominantes. A Inglaterra era testemunha viva da revolução negra do Haiti. O cônsul inglês Chamberlain alertava que no Brasil havia “*perigo para toda a população branca*”. Palmares, que cresceu nas brechas da invasão holandesa no Brasil (1624-37) não era apenas uma lembrança amarga na memória das classes dominantes, como também uma experiência viva na consciência dos escravos.

A independência, então, deveria ser “ordeira”, nas palavras temerosas de José Bonifácio, feita “por cima” para evitar insurreições dos “de baixo”. O resultado foi que D. Pedro I, um português da dinastia dos Bragança, foi entronado no Brasil. Nosso país se livrara da dominação portuguesa coroando um imperador português. Nada mais cômico!

Para que Portugal reconhecesse a independência do Brasil, nossa elite assumiu uma dívida de 2 milhões de libras esterlinas que a antiga metrópole havia contraído com a Inglaterra. Nada mais trágico!

Depois do 7 de setembro de 1822, o Brasil manteria a escravidão por mais 66 anos. O Estado brasileiro nascia assim mantendo internamente o regime de trabalho escravo e externamente submetido à dominação da Inglaterra. Foi uma independência feita pelos senhores de escravos para os senhores de escravos. Foi uma independência *inconclusa*.

Diferente das guerras de independência nas colônias espanholas que libertaram os escravos e deram origem a 18 novos Estados, a unidade territorial do Brasil como um país-continente teve que ser mantida. O desejo dos senhores de escravos era também criar vários Estados, vários brasis, já que cada província tinha interesses econômicos específicos que se chocava com um poder central estabelecido no Rio de Janeiro. No entanto, a unidade da classe dominante, a territorial, e o poder central foi mantida, por que mantida estava a escravidão. Ou seja, para debelar possíveis insurreições escravas seria necessário manter um poder estatal altamente concentrado de norte a sul da ex-colônia, e assim foi feito. Mantida a escravidão, mantida a unidade territorial, mantida a repressão.

No Período Regencial (1830-40) o nascente Estado sufocou inúmeras insurreições de negros e populares, como a Balaiada no Maranhão (1838-41) e a Cabanagem no Pará (1835-40). A Guarda Nacional comandada por Duque de Caxias, foi a grande responsável pelo esmagamento e assim nascia o Estado brasileiro: escravista, excludente, endividado e

genocida.

BLOCO 2 – IDEOLOGIAS RACISTAS

Os ideólogos da classe dominante produziram explicações sobre as diferenças entre os seres humanos, criando o conceito de raça para tratar de suas diferenças étnicas e características físicas. Vimos que a Igreja Católica justificava a escravidão negra a partir do desejo de deus, fazendo de uns senhores e de outros escravos. No Brasil, a partir do século XVIII e XIX, os ideólogos se dedicaram a falar da mestiçagem com o objetivo de embranquecer a população brasileira. Para isso, tentavam justificar suas teorias de embranquecimento a partir de um discurso científico.

No século XX, outra ideologia é produzida, tornando-se a principal ideologia para explicar a desigualdade e a relação entre as raças no Brasil: a democracia racial. É o que veremos nos trechos dos textos selecionados.

1. Qual era a opinião de Nina Rodrigues e Batista Lacerda sobre o negro? Como Batista Lacerda via a mestiçagem com os brancos e quais seriam as consequências para a formação do povo brasileiro?
2. Por que Gilberto Freyre sugere que o Brasil é a mais autêntica e completa democracia racial do mundo? Em contrapartida, como Clóvis Moura vê isso?
3. Por que a democracia racial é um mito?
4. Quais foram as principais consequências, para os negros, da “transição do escravismo para o capitalismo urbano-industrial”?
5. Quais eram as opiniões de Batista Lacerda, Freyre e Clóvis Moura sobre a cor e a mobilidade social no Brasil?
6. Se do ponto de vista genético não existem raças humanas, por que reivindicamos o conceito de *raça*?

As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894) – Nina Rodrigues

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão (...) há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”; “A constituição orgânica do negro, modelado pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meios físicos e culturais diferentes.

Sobre os mestiços no Brasil (1911) – João Batista de Lacerda

Essa tendência inata do mestiço, privando-o de qualidades próprias de uma raça fixamente constituída, tem um valor considerável nas transformações que sofrem, durante o curso dos anos, as populações misturadas, nas quais os cruzamentos não obedecem a regras sociais precisas; nas quais os mestiços têm toda a liberdade de se unir aos brancos, criando produtos que se aproximam cada vez mais do branco que do negro (1911, p. 02-03).

Deve-se, além disso, fazer justiça aos sentimentos gerais da maioria dos brasileiros proprietários de escravos; eles deram prova de um espírito verdadeiramente cristão ao adoçar o tanto quanto possível a sorte dos filhos dos escravos nascidos em suas terras. Quantas vezes nós vimos senhores que não tinham nenhum problema de incluir à mesa da família seus

pequenos escravos mulatos. Eles cuidavam da sua alimentação, das suas roupas e os tratavam durante a doença com doçura e bondade. As mulatas se apresentavam frequentemente vestidas segundo a moda, ornadas de joias, seguindo as filhas de seus mestres aos passeios, à igreja e às festas públicas, preenchendo o ofício de damas de companhia. Não era tampouco raro ver o filho do senhor acompanhado por um mestiço de mesma idade nas caçadas, nos passeios a cavalo, nos bailes campestres frequentados por pessoas de todas as classes. Em geral, os proprietários de escravos escolhiam, para alimentar seus filhos, negras ou mulatas. Essas afortunadas criaturas, uma vez seu dever cumprido, eram libertas; continuavam quase sempre a viver livremente sobre o mesmo teto, e gozando de diversos privilégios. Utilizavam os velhos negros apenas para serviços muito leves e, no resto do tempo, entretinham as crianças de seus proprietários, contando histórias pitorescas muito próprias para impressionar a imaginação infantil (p. 04).

É de propósito que nós citamos esses fatos, porque nós os julgamos precisamente muito importantes para explicar como os vícios do negro foram inoculados na raça branca e na mestiça. Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana, baixo sensualismo: tal é a triste herança que nós recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais; ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos (p. 04).

As deduções de Galton sobre as raças mestiças de animais não podem ter uma aplicação completa na mestiçagem do homem. Neste último, a hereditariedade das qualidades morais e intelectuais não obedece a regras fixas, absolutas. Sob a influência de fatores cuja natureza nos escapa, as qualidades intelectuais alcançam, frequentemente, nos produtos de cruzamento entre brancos e negros, um grau de superioridade cuja explicação não se encontra na hereditariedade nem longínqua, nem imediata. Uma força obscura, desconhecida, faz florir neles uma inteligência capaz de atingir um desenvolvimento que não foi apanágio de nenhum de seus ascendentes (p. 05).

Porém, ainda que não se possa dizer que pelas suas formas e traços os mestiços sejam exemplo de beleza, é bem verdade que, sobretudo no sexo feminino, encontram-se tipos de formas graciosas e bem proporcionais [...] Eles são, habitualmente, corajosos, cheios de audácia, inteligentes, bem falantes e dotados de uma imaginação muito viva. Do ponto de vista moral, entretanto, é preciso reconhecer que não se pode confiar cegamente em sua lealdade ou em sua probidade (p. 05).

Como trabalhadores do campo, os mestiços são visivelmente inferiores aos negros, de quem não herdaram nem a robustez física, nem a força muscular. Eles mostraram poucas aptidões para a vida comercial ou para a vida industrial; em geral dissipam suas posses, têm uma inclinação irrefreável para a ostentação, e são pouco práticos em seus negócios, volúveis, sem perseverança em seus empreendimentos (p. 05-06).

Os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força desde a Proclamação da República. A porta aberta por esse regime a todas as aptidões deixará penetrar muitos mulatos de talento até as mais altas corporações políticas do país. No Congresso

Nacional, nos tribunais, na Instrução Superior, na carreira diplomática, nos corpos administrativos mais elevados, os mulatos ocupam hoje uma situação proeminente. Eles são uma grande influência sobre o governo do país. As uniões matrimoniais entre os mestiços e os brancos não são mais repelidas, como já foram no passado, a partir do momento em que a posição elevada do mulato e suas qualidades morais provadas fazem esquecer o contraste evidente de suas qualidades físicas, e que sua origem negra se esvai pela aproximação das suas qualidades morais e intelectuais dos brancos. O próprio mulato esforça-se por meio dessas uniões em fazer voltar seus descendentes ao tipo puro do branco. Já se viu, depois de três gerações, os filhos de mestiços apresentarem todas as características físicas da raça branca, por mais que em alguns persistam ainda alguns traços da raça negra devido à influência do atavismo⁴⁴ (p. 06-07).

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós (p. 07).

Casa Grande & Senzala (1932) – Gilberto Freyre

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular (p. 65).

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime⁴⁵ à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval [...] (p. 66).

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo prepara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artísticas, à dos cristão louros (p. 70-71).

44 Herança de características (psicológicas, intelectuais e comportamentais) dos antepassados.

45 Sabor picante dos alimentos; ardência; calor intenso.

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata (p. 71-72).

De qualquer modo o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência (p. 73).

Talvez, em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos (p. 115).

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiência e utensílios da gente autóctone (p. 160).

O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos (p. 265).

O Brasil em face das Áfricas Negras e Mestiças (1962) – Gilberto Freyre

Aos métodos patriarcais de integração de gentes primitivas em sistemas de convivência sociològicamente cristã deve-se atribuir, em grande parte, o fato de terem os portugueses, juntando ao autoritarismo necessário ao sistema patriarcal de família a transbordante democracia da miscigenação, lançado as bases de uma nação do porte, da importância e da extensão da brasileira – talvez a maior, a mais autêntica, a mais completa das democracias raciais que o mundo já viu; e de virem lançando as bases de possíveis nações lusotropicalis que poderão, em futuro próximo, tomar rumos semelhantes aos do moderno Brasil (p. 34).

Ser negro no Brasil, hoje (1987) – Ana Lúcia Valente

“Aqui no Brasil só não vence quem não quer”, é a fala comum daqueles que ainda acreditam no *mito da democracia racial* (p. 27).

Por que considero mito? Porque não existe; é irreal a igualdade das raças no Brasil. No entanto, essa é a ideia oficial vendida para o exterior (p. 27).

Mito é uma fala, um discurso que busca aliviar uma tensão entre o real e o imaginário. O objetivo do mito da democracia racial é esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma ideia mais “bonitinha” para a sociedade. Assim esse mito consegue controlar a população negra com eficácia, sem exercer uma violência visível como acontece nos Estados Unidos e África do Sul. Aqui a violência é invisível... ou será também visível? (p. 27).

Aqui, o controle é traduzido pela manutenção dos negros onde sua presença é aceitável, nos “porões da sociedade”. E também nas brechas permitidas para sua ascensão, como no esporte e na música. (p. 28).

Um comportamento derivado do mito da democracia racial é o paternalismo branco. Sabe qual? Aquele tapinha nas costas do negro, seguido de frases como: “Você é um negro de alma branca!”; “Apesar de negro, você é legal!”; “Você é negro, mas é inteligente!” (p. 28).

Só mesmo quem é muito ingênuo pode acreditar nesse mito. Se as pessoas parassem para pensar no que dizem... no que pensam... Por que um negro bom tem de ter alma branca? O fato de ser negro impede alguém de ser legal ou inteligente? Qual é a razão dessas afirmações? (p. 28).

Mas as pessoas não se dão por vencidas e dizem: “E o Pelé?”; “E o Milton Nascimento, Gilberto Gil, Jorge Ben, Luís Melodia, Zezé Mota, Djavan?...” (p. 28).

O que eles têm em comum além do fato de serem negros? Pelé é o rei do futebol. Milton Nascimento, Gilberto Gil, Jorge Ben, Luís Melodia, Zezé Mota e Djavan são nomes expressivos, “príncipes” da Música Popular Brasileira (p. 28).

A ascensão social do negro devido ao destaque no esporte e na música é fato comum no Brasil. Isso já não acontece, por exemplo, com o negro que se destaca no teatro, onde as dificuldades são inúmeras (que o digam Tereza Santos, Zezé Mota e Ruth de Souza!). O exemplo desses “negros de destaque” é utilizado, não raras vezes, para tentar mostrar a inexistência do racismo no Brasil. Mas, como já se disse, o esporte e a música são brechas de ascensão social dos negros permitidas pela sociedade (p. 28).

Se formos mais fundo na análise, vamos ver que essas atividades mencionadas são lúdicas, isto é, destinadas a dar prazer, são formas de divertimento, de entretenimento. Estão fora das atividades consideradas de responsabilidade ou que exijam maior e melhor preparo, digamos... intelectual (p. 28).

Assim mesmo, o destaque de negros no esporte e na música vem acompanhado de preconceito, discriminação e de outros tantos estereótipos conhecidos: “Ele tem fôlego de negro”; “Todo negro tem mais resistência física”; “Você viu a potência da voz daquele cantor? Deve ser negro...”; “Todo negro é bom de bola” (p. 28).

Até hoje ninguém provou que a resistência física, o fato de ser bom sambista, a potência da voz, o “sangue quente”, o fato de ser bom de bola etc. sejam características exclusivas dos negros. Há muito branco por aí com essas “qualidades” (p. 29).

Questão Social e relações étnico-raciais no Brasil (2014) – Cláudia Durans

Seguramente, a história oficial, contada do ponto de vista dos dominantes, oculta a maior

parte da existência do país desde a invasão do território pelos europeus, as relações construídas a partir do trabalho escravizado indígena e negro. Omite também que, quando as condições internas e externas para a exploração despudorada dos africanos e seus descendentes já não estavam mais postas, trataram de construir processos para uma transição à sociedade urbano-industrial que excluiu os ex-escravizados indígenas e negros de qualquer acesso aos meios de produção, principalmente a terra, que fossem integrados como força de trabalho livre, bem como a restrição aos bens, serviços, direitos ou políticas protetivas que os identificassem dentro da cidadania construída na recente nação capitalista (p. 392).

A transição do escravismo para o capitalismo urbano-industrial, dessa forma, ocorreu sem grandes rompimentos, excluindo a população liberta. Em relação a essa transição, Moura destaca que não afetou os interesses das oligarquias latifundiárias que conservou seus interesses e privilégios e a modernização a serviço de uma estrutura arcaica (p. 397).

Após a abolição, se do ponto de vista econômico foram operadas mudanças significativas, do ponto de vista social pouca coisa mudou para os ex-escravizados. Na substituição pelo trabalho livre, a classe dominante brasileira tratou de incorporar imigrantes, que também vieram em condições deploráveis de exploração e de repressão às suas lutas, excluindo a força de trabalho negra (p. 397).

Importante destacar ainda que com a Proclamação da República, em 1889, a necessidade de a construção do projeto de nação à imagem e semelhança das nações europeias, a numerosa população negra representava uma ameaça ao ideal de nação branca. Daí a ideologia da mestiçagem, com o intuito de num determinado interstício abolir os traços negroides da população brasileira (p. 397).

A ideologia do branqueamento, como nos fala Moura, “[...] nada mais é do que uma tática para desarticular ideologicamente e existencialmente o segmento negro a partir de sua auto-análise”, completada pelo mito da democracia racial que pregava a inexistência do conflito racial onde a pluralidade étnico-racial e democracia conviviam perfeitamente, colocaram um véu mistificador na situação perversa em que foi posta a população negra neste país (p. 398).

Não somos racistas (2006) – Ali Kamel⁴⁶

A gênese contemporânea da nação bicolor

Foi um movimento lento. Surgiu na Academia, entre alguns sociólogos na década de 1950 e, aos poucos, foi ganhando corpo até se tornar política oficial de governo. Mergulhado no trabalho jornalístico diário, quando me dei conta do fenômeno levei um susto. Mais uma vez tive a prova de que os grandes estragos começam assim: no início, não se dá atenção, acreditando-se que as convicções em contrário são tão grandes e arraigadas que o mal não progredirá. Quando acordamos, leva-se o susto. Eu levei. E, imagino, muitos brasileiros devem também ter se assustado: quer dizer então que somos um povo racista? (p. 17).

Minha reação instintiva foi me rebelar contra isso. Em 2003, publiquei no *Globo* um artigo cujo título dizia tudo: “*Não somos racistas*”. Depois dele, publiquei outros tantos [...] (p. 17).

Na perspectiva de jornalista, de alguém mais próximo do cidadão comum, espantei-me diante de algumas descobertas. Um exemplo, o conceito de negro. Para mim, para o senso comum, para as pessoas que andam pelas ruas, negro era um sinônimo de preto. Nos primeiros artigos, eu me debatia contra uma leitura equivocada das estatísticas oficiais acreditando nisso. Certo dia, caiu a ficha: para as estatísticas, negros eram todos aqueles que não eram brancos.

46 Alto-executivo da Rede Globo.

Cafuzo, mulato, mameluco, caboclo, escurinho, moreno, marrom-bombom? Nada disso, agora ou eram brancos ou eram negros. De repente, nós que éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores, fomos reduzidos a uma nação de brancos e negros. Pior: uma nação de brancos e negros onde os brancos oprimem os negros. Outro susto: aquele país não era o meu (p. 18).

Raças não existem

Nos últimos trinta anos, este é o consenso entre os geneticistas: os homens são todos iguais ou, como diz o geneticista Sérgio Pena, os homens são igualmente diferentes (p. 43).

O mesmo não se dá com os animais. Tomemos o exemplo dos cães. Todos sabemos que há várias raças da espécie canina. Elas são bem diferentes entre si, tanto na aparência quanto no comportamento: há raças maiores e menores, compridas e curtas, inteligentes e obtusas, dóceis e agitadas. Qualquer um saberá dizer, de longe, qual é o bassê e qual é o dogue alemão. Pois bem, o que faz o bassê e o dogue alemão serem de raças diferentes é que bassês se parecem mais com bassês, do ponto de vista da genética, do que com dogues alemães. Reúna um grupo de bassês: haverá animais mais compridos que outros, mais altos que outros, com focinhos mais pontudos que outros. Mas a variabilidade entre bassês será sempre menor do que entre bassês e dogues alemães (p. 43-44).

Com homens, isso não acontece, e é isso a nossa beleza, a nossa riqueza, a nossa sorte. Fico totalmente perturbado de comparar homens e cães, mas é a falta de informação de muitos que me leva a usar expediente tão constrangedor.

Todos têm direitos iguais na República Democrática (2006)

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000) que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional.

O PL de Cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente estas tentativas.

Os defensores desses projetos argumentam que as cotas raciais constituem política compensatória voltada para amenizar as desigualdades sociais. O argumento é conhecido: temos um passado de escravidão que levou a população de origem africana a níveis de renda e condições de vida precárias. O preconceito e a discriminação contribuem para que esta situação pouco se altere. Em decorrência disso, haveria a necessidade de políticas sociais que compensassem os que foram prejudicados no passado, ou que herdaram situações desvantajosas. Essas políticas, ainda que reconhecidamente imperfeitas, se justificariam porque viriam a corrigir um mal maior.

Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis conseqüências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica.

A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades.

Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter.

Nos dirigimos ao congresso nacional, seus deputados e senadores, pedindo-lhes que recusem o PL 73/1999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial) em nome da República Democrática.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2006.

Adel Daher Filho - Diretor do Sindicato dos Ferroviários de SP-Bauru/MS e MT; **Adilson Mariano** - Vereador PT Joinville (SC); **Alberto Aggio** - Professor livre-docente de História, UNESP/campus de Franca; **Alberto de Mello e Souza** - Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ; **Almir da Silva Lima** - Jornalista, MOMACUNE (Movimento Macaense Culturas Negras, Macaé-RJ); **Amandio Gomes** - Professor do Instituto de Psicologia da UFRJ e do PPGHC (IFCS-UFRJ); **Ana Teresa Venancio** - Antropóloga, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; **André Campos** - Professor do Departamento de História da UFF e da UERJ; **André Côrtes de Oliveira** - Professor; **Angela Porto** - Historiadora, Pesquisadora do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; **Anna Veronica Mautner** - Psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de S.Paulo e colunista da Folha de S. Paulo; **Antonio Carlos Jucá de Sampaio**, Professor Adjunto do Departamento de História - UFRJ; **Antonio Cícero** - Poeta e ensaísta; **Antonio Marques Cardoso** (Ferreirinha) - **Fábrica Cipla** (Ocupada pelos Trabalhadores), Joinville/SC; **Aurélio Carlos Marques de Moura** - Presidente do Conselho Municipal de Cultura da Serra (ES) e da Associação Cultural Afro-brasileira "Ibó de Zambi"; **Bernardo Kocher** - Professor Departamento de História da UFF; **Bernardo Sorj** - Professor titular de sociologia UFRJ; **Bila Sorj** - Professora titular de sociologia UFRJ; **Bolivar**

Lamounier - Cientista Político; **Cacilda da Silva Machado** - Professora do Departamento de História da UFPR (PR); **Caetano Veloso**; **Carlos Costa Ribeiro** - Professor; atuou como especialista contratado no Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente – PNUMA/UNEP; **Claudia Travassos** - Pesquisadora Titular da Fundação Oswaldo Cruz; **Cláudia Wasserman** - Professora Adjunta de História da UFRGS; **Celia Maria Marinho de Azevedo** – Historiadora; **Célia Tavares** - Professora Adjunta de História (FFP/UERJ); **Cyro Borges Jr.** - Professor Adjunto do Departamento de Engenharia Mecânica da UERJ; **Darcy Fontoura de Almeida** - Professor Emérito, UFRJ; **Demétrio Magnoli** - Sociólogo e articulista da Folha de S. Paulo; **Dilene Nascimento** - Historiadora, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; **Domingos de Leers Guimaraens** - Artista Visual; **Dominichi Miranda de Sá** - Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; **Egberto Gaspar de Moura** - Professor Titular de Fisiologia, Instituto de Biologia, UERJ; **Elvira Carvajal** - Professora de Biologia Molecular e Genética, UERJ; **Eunice R. Durham** - Professora titular de Antropologia, Professora emérita da FFLCH da USP; **Fabiano Gontijo** - Professor Adjunto de Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPI; **Fernanda Martins** - Pesquisadora da Fundação Oscar Niemayer (RJ); **Fernando Roberto de Freitas Almeida** - Coordenador do curso de Economia da Faculdade Moraes Junior/Universidade Presbiteriana Mackenzie-Rio; **Ferreira Gullar** – Poeta; **Francisco Martinho** - Professor de História da UERJ; **George de Cerqueira Leite Zarur** - Professor Internacional da Flacso e Consultor Legislativo da Área de Educação Superior da Câmara dos Deputados; **Gilberto Hochman** - Cientista Político pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ; **Gilberto Velho** - Professor titular e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Ciências; **Gilda Portugal** - Professora de Sociologia da UNICAMP; **Gilson Schwartz** - Economista, Professor de Economia da Informação da ECA-USP e Diretor da Cidade do Conhecimento (USP); **Giselda Brito** - Professora Adjunta de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco; **Gláucia K. Villas Boas** - Vice-Diretora do IFCS/UFRJ e professora do departamento de Sociologia da UFRJ; **Guilherme Amaral Luz** - Professor do Instituto de História da UFU; **Guita Debert** - Professora Titular de Antropologia do Departamento de Antropologia UNICAMP; **Helena Lewin** - Professora Titular aposentada da UFF; **Hercidia Mara Facuri Coelho** - Pró-reitora, Universidade de Franca (UNIFRAN); **Hugo Rogélio Suppo** - Professor adjunto de História da UERJ; **Icléia Thiesen** - Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRio; **Isabel Lustosa** - Pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa; **João Amado** - Mestrando em História da UERJ e professor da rede pública; **João Leão Sattamini Netto** - Economista, membro do Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Comodante do Museu de Arte Contemporânea de Niterói; **João Paulo Coelho de Souza Rodrigues** - DECIS, UFSJ; **John Michael Norvell** - Professor Visitante, Pitzer College, Claremont, CA EUA; **José Augusto Drummond** - Cientista político, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB); **José Carlos Miranda** - Diretório Estadual do PT SP, Coordenação do Comitê por um Movimento Negro Socialista (MNS); **José Roberto Ferreira Militão** - Advogado, AFROSOL-LUX - Promotora de Soluções em Economia Solidária; **José Roberto Pinto de Góes** - Professor de História da UERJ; **Josué Pereira da Silva** - Professor de sociologia, IFCH, UNICAMP; **Kátia Maciel** - N-Imagem - Escola de Comunicação da UFRJ; **Kenneth Rochel de Camargo Jr.** - Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ; **Laiana Lannes de Oliveira** - Professora de História da PUC (RJ); **Lena Lavinas** - Professora do Instituto de Economia da UFRJ; **Lilia K. Moritz Schwarcz** - Professora Titular de Antropologia da USP; **Lucia Lippi Oliveira** - Socióloga, pesquisadora e professora do CPDOC/FGV; **Lúcia Schmidt** - Professora Adjunta da Faculdade de Engenharia da UERJ; **Luciana da Cunha Oliveira** - Mestranda em História pela UFF e professora da

rede pública de ensino; **Luiz Alphonsus de Guimaraens** - Artista Plástico; **Luiz Fernando Almeida Pereira** - Professor de Sociologia da PUC-Rio; **Luiz Fernando Dias Duarte** - Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ; **Luiz Werneck Vianna** - Professor titular do IUPERJ; **Madel T. Luz** - Professora Titular do Instituto de Medicina Social da UERJ; **Magali Romero Sá** - Historiadora, Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ; **Manolo Florentino** - Professor de história, IFCS/UFRJ; **Marcos Chor Maio** - Sociólogo, Fundação Oswaldo Cruz; **Maria Alice Resende de Carvalho** - Socióloga, professora do IUPERJ; **Maria Conceição Pinto de Góes** - Pós-Graduação em História Comparada, UFRJ; **Maria Hermínia Tavares de Almeida** - Professora Titular de Ciência Política da USP; **Maria Sylvia de Carvalho Franco** - Professora Titular de Filosofia, Unicamp; **Mariza Peirano** - Professora titular de antropologia, UnB; **Mirian Goldenberg** - Professora de Antropologia IFCS-UFRJ; **Moacyr Góes** - Diretor de cinema e teatro; **Mônica Grin** - Professora do departamento de História da UFRJ; **Monique Franco** - Professora FFP/UERJ; **Nisia Trindade Lima** - Socióloga, Fundação Oswaldo Cruz; **Oliveiros S. Ferreira** - Professor de Política na PUC-SP e USP-SP; **Paulo Kramer** - Professor do Departamento de Ciência Política da UnB; **Peter Fry** - Professor titular de antropologia UFRJ; **Priscilla Mouta Marques** - Professora de Português e Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa, auxiliar de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz; **Ronaldo Vainfas** - Professor Titular de História Moderna da Universidade Federal Fluminense; **Renata da Costa Vaz** - Diretora do Sindicato Servidores Públicos Municipais Campinas/SP; **Renato Lessa** - Professor titular do IUPERJ; **Ricardo Ventura Santos** - Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ; **Rita de Cássia Fazzi** - Professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC (MG); **Roberto Romano** - Professor Titular de Filosofia, Unicamp; **Roney Cytrynowicz** – Historiador; **Roque Ferreira** - Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores sobre Trilhos - CUT, Conselho Comunidade Negra Bauru-SP; **Serge Goulart** - Integrante do Diretório Nacional do PT; **Sergio Danilo Pena** - Professor Titular do Depto. Bioquímica e Imunologia da UFMG; **Silvana Santiago** – historiadora; **Silvia Figueiroa** - Historiadora, Professora do Instituto de Geociências da UNICAMP; **Simon Schwartzman** - Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro; **Simone Monteiro** - Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; **Ubiratan Iorio** - Professor Adjunto da UERJ e Presidente do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (Cieep); **Uliana Dias Campos Ferlim** - Cantora e professora, mestre em história; **Vicente Palermo** - Instituto Gino Germani, Buenos Aires, Conicet, Argentina; **Wanderley Guilherme dos Santos** - Cientista político; **Wlamir José da Silva** - Professor Adjunto de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); **Yvonne Maggie** - Professora titular de antropologia IFCS/UFRJ; **Zelito Vianna** – Cineasta".

BLOCO 3 – ABORDAGENS NÃO-MARXISTAS SOBRE A QUESTÃO RACIAL

1. Segundo Djamila, q que estrutura, autoriza e deslegitima as identidades dos indivíduos e suas falas? Por que isto não é uma abordagem marxista?
2. Para Djamila o empoderamento das mulheres negras obedece a critérios de classe?
3. O movimento black money pode responder às necessidades imediatas e históricas dos negros? Por que?
4. Como é a relação entre os negros de classe média e a luta dos negros trabalhadores, segundo Shawki?

O que é lugar de fala (2017) – Djamila Ribeiro

É muito comum feministas negras, como bell hooks, serem chamadas de “identitárias”, assim como vemos no debate virtual pessoas dizerem coisas como “os movimentos identitários não discutem questão de classe”, “violentos identitários” e por aí vai. Pessoas que se consideram progressistas se utilizando desse tipo de “crítica” para pessoas ligadas a movimentos negros, feministas, LGBTQ, certo? A autora que vos escreve conhece bem essa realidade. Linda Alcoff, novamente, nos provê uma reflexão muito interessante sobre isso. A filósofa panamenha chama atenção para o fato de que para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas (p 30-31).

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso, isto é, quando se quer como dado aquilo que se deseja provar, pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros (p. 33).

[...]

O primeiro capítulo de *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism*, de Grada Kilomba, é intitulado *A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização*, e para ilustrar há uma pintura da escrava Anastácia. Anastácia foi obrigada a viver com uma máscara cobrindo sua boca. Kilomba explica que, formalmente, a máscara era usada para impedir que as pessoas negras escravizadas se alimentassem enquanto eram forçadamente obrigadas a trabalhar nas plantações, mas segundo a autora, a máscara também tinha a função de impor silêncio e medo, na medida em que a boca era um lugar tanto para impor silêncio como para praticar tortura. Interessante notar que a escritora negra brasileira, Conceição Evaristo, ganhadora do prêmio Jabuti com sua obra *Olhos d'água*, faz um diálogo interessante com o que Grada Kilomba diz, e podemos afirmar que também discorda de Spivak no sentido acreditar na quebra do silêncio instituído. Em uma entrevista ao site *Carta Capital*, ela diz:

[...] aquela imagem da escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é um símbolo nosso, porque nossa fala força a máscara.

Para além da questão concreta daquela mulher ser obrigada a calar-se, a usar um artefato em sua boca, Kilomba pensa essa máscara como a afirmação do projeto colonial. Vê essa máscara como “*a mask of speechless*” – em tradução literal ‘a máscara daquelas que não podem falar’. Nessa perspectiva, essa máscara legitima a política de silenciar “*Os Outros*”, afirma a pensadora. As perguntas que a autora faz nesse capítulo são importantes para a nossa reflexão de quem pode falar. Questiona: “Quem pode falar?”, “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que é nos permitido falar?” (p. 78).

Esses questionamentos são fundamentais para que possamos entender lugares de fala. Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados?

Falar, muitas vezes, implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens negros, pessoas transsexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que ela fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? Kilomba nos incita a pensar sobre quais são os limites impostos dentro dessa lógica colonial e nos faz refletir sobre as consequências da imposição da máscara do silêncio. (p. 79).

[...]

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. [...]

O empoderamento necessário (2015) – Djamila Ribeiro

O termo empoderamento muitas vezes é mal interpretado. Por vezes ele é entendido como algo individual ou a tomada de poder para se perpetuar as opressões. Para o feminismo negro, empoderamento possui um significado coletivo, trata-se de empoderar a si e aos outros e colocar as mulheres negras como sujeitos ativos de mudança. Como diz bell hooks (nascida Gloria Watkins e adotou o nome de sua avó e pede que o usem assim em minúsculo), empoderamento diz respeito a mudanças sociais numa perspectiva anti racista, anti elitista e sexista através das mudanças das instituições sociais e consciência individuais. Para bell é necessário criar estratégias de empoderamento no cotidiano, em nossas experiências habituais no sentido de reivindicar nosso direito a humanidade.

Logo, empoderamento sob essa perspectiva significa o comprometimento com a luta pela equidade. Não é a causa de uma pessoa de forma isolada, mas como essa pessoa faz para promover o fortalecimento de outras mulheres com o objetivo de promover uma sociedade mais justa para as mulheres. Perceber que uma conquista individual de uma mulher não pode estar descolada da análise política. O empoderamento não pode ser algo auto centrado dentro de uma visão liberal, ou ser somente a transferência de poder, é além, significa ter consciência dos problemas que nos aflige e criar mecanismos de combatê-lo. Quando uma mulher empodera a si tem condições de empoderar a outras.

Cada mulher em seu espaço de atuação pode criar formas de empoderar outras mulheres. Se for empregadora, pode criar um ambiente de trabalho onde exista o respeito e que possa atender a demanda de mulheres, principalmente daquelas que são mães, certificar-se que não há desigualdade salarial e assédio. Se é professora, estar atenta aos xingamentos machistas muitas vezes naturalizados como brincadeiras ou chacotas. Tentar promover discussões em salas de aula que tragam a reflexão sobre a situação das mulheres. Criar um grupo na comunidade ou associação do bairro para discutir estratégias de apoio a outras mulheres ou o

enfrentamento à violência que essas mulheres possam vir a sofrer.

Significa uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma realidade em que se encontra. É uma nova concepção de poder que sai a resultados democráticos e coletivos. É promover uma mudança numa sociedade dominada pelos homens e fornecer outras possibilidades de existência e comunidade. É enfrentar a naturalização das relações de poder desiguais entre homens e mulheres e lutar por um olhar que vise a igualdade e o confronto com os privilégios que essas relações destinam aos homens. A busca pelos direitos das mulheres à autonomia por suas escolhas, por seu corpo e sexualidade.

Movimento Black Money (2019)

Nossa história

O Movimento Black Money [MBM] é um agente de desenvolvimento do ecossistema afroempreendedor. Atuamos como um Think-and-Do-Tank (fábrica de pensar e realizar idéias) em defesa dos valores do Nacionalismo Negro e da cosmovisão Panafricana.

Propósito: Tendo como objetivos o fomento do letramento identitário e do mindset de inovação ao ecossistema afroempreendedor, estimulamos o espírito inovador de empreendedores e jovens negros para a criação de diferenciais competitivos no mercado. Com foco em comunicação, educação e empreendedorismo, o MBM produz conteúdos nas áreas de inovação, tecnologia e finanças; além de ofertar cursos de curta duração nas áreas de marketing, gestão e tecnologia.

Um dos nossos pilares de trabalho é a disseminação da filosofia de descrença dos poderes/intenção do Estado no sentido de justiça e equiparação racial, além da promoção do associativismo entre empreendedores negros e comunidade negra a fim de fortalecer o afroconsumo e impactar a qualidade de vida de todos nós negros dentro de uma visão Panafricanista.

Pilares: Afrocentrismo, Tecnologia, Finanças, Marketing, Negócios

Valores: Maat como princípio

UMOJA – UNIDADE ; KUJICHAGULIA – AUTO-DETERMINAÇÃO ; UJIMA – TRABALHO COLETIVO; UJAMAA – ECONOMIA COOPERATIVA; NIA – PROPÓSITO; KUUMBA – CRIATIVIDADE; IMANI – FÉ

Depois deste texto 13 e 17 serão apenas números (2018) – Alan Soares

Um Novo Presidente

Deu aquilo que o mercado esperava. Bolsonaro é o novo presidente do Brasil. **Não importa se gostamos ou não do resultado das eleições.** O fato é que estamos de frente com uma bela oportunidade – **referente ao seu futuro financeiro, pelo menos.**

Não acredita?

- Nesta segunda-feira [29 de outubro], a Bolsa abriu em alta e chegou a subir 3,5% durante a manhã.
- Do dia 19/06/2018 até agora a PETR4 subiu cerca de 80%

-OK, Alan! Você me convenceu, mas por qual motivo isto vem ocorrendo?

Vou te dar alguns motivos entre vários:

- taxa de juros baixa e inflação controlada
- otimismo por parte de empresários e investidores com a perspectiva de um governo reformista/liberal
- perspectiva de privatizações e cortes de “privilégios”
- estrangeiros animados com as oportunidades de investimentos no Brasil e migrando recursos para nossa Bolsa.

Obviamente que desejo e perspectivas são extremamente diferentes da execução do plano liberal arquitetado por Paulo Guedes, o “Posto Ipiranga”. Contudo, o mercado dará o benefício da dúvida para Bolsonaro, por ora.

Com isso o comportamento da Bolsa está refletindo a mola comprimida que a economia brasileira representa. O que indica uma tendência de alta chegando, e que ainda temos muitos ganhos a capturar.

“NEGRO, VOCÊ ESTA POR SUA CONTA.” Steve Biko

Libertação negra e o socialismo (2005) – Ahmed Shawki

Na esteira da escandalosa negligência governamental com os residentes afro-americanos empobrecidos da Costa do Golfo quando o furacão Katrina irrompeu em agosto de 2005, alguém pode facilmente chegar à conclusão de que nada mudou para os Negros nos Estados Unidos desde os anos 1960. Mas isso é incorreto. Embora muitas conquistas alcançadas tenham retrocedido, os Estados Unidos hoje não é o que era nos dias de Jim Crow. A segregação legal foi desmantelada. No campo da política convencional não é mais aceitável propor políticas abertamente racistas. Apesar da realidade de mudança social massiva nas condições dos Negros americanos pós Segunda Guerra Mundial, é também verdade que os benefícios dos anos 1960 foram divididos desigualmente. Quando o movimento e as mobilizações de massas diminuíram e a recessão se aprofundou, em meados dos anos 1970, ficou evidente que os principais beneficiários das lutas dos anos 1960 tinham sido os Negros de classe média. Como conclui um estudo sobre a posição econômica dos Negros dos EUA:

Entre 1939 e o começo dos anos 1970, um trabalhador homem Negro elevou seu ganho médio de 42 para 67% de um trabalhador homem branco. Mulheres Negras conseguiram ainda mais, quase atingindo a paridade com mulheres brancas no final dos anos 1970, apesar do fato de que as mulheres Negras, na média, ainda tinham menos educação do que as brancas.

Mesmo nesse longo período, o progresso dos Negros foi muito desigual. A renda dos Negros em relação a dos brancos se nivelou em uma década crucial durante o

governo Eisenhower em 1950. Isso foi verdade tanto para homens quanto para mulheres. A desaceleração nos anos 1950 foi importante por três motivos. Primeiro, sinalizou o fim dos rápidos ganhos dos anos 1940 – ganhos que vieram de uma maior incorporação de Negros na classe operária industrial. Segundo, representou a pausa politicamente significativa que precedeu a próxima rodada de ganhos no final dos anos 1960 e 1970 – ganhos que vieram principalmente do acesso dos Negros às universidades dos brancos e a incorporação parcial nas profissões de colarinho branco. Terceiro, nos ajuda a entender porque a renda dos Negros subiu – nos diz que, longe de ser “progressiva”, a melhora econômica relativa dos Negros esteve concentrada em períodos políticos especiais: nos anos 1940 e nos 12 anos que compreenderam o início dos anos 1960 e 1975. *E uma vez que esses ganhos foram conquistados, poderiam ser retirados.* (p. 278).

Um dos aspectos mais notáveis dos avanços da classe média Negra é o sucesso de um grupo de políticos Negros que atingiram altas posições governamentais. Ironicamente, o governo conservador republicano de George Bush indicou Negros para as mais altas posições governamentais que eles atingiram – secretaria de Estado e conselheiro de segurança nacional. Mas Colin Powell e Condoleezza Rice são exceções no padrão geral que concentrou ganhos dos Negros entre as fileiras de autoridades eleitas, a maioria deles democratas. Em 1964 havia apenas 100 autoridades Negras eleitas. Em 1990 esse número chegou a 7.000. Em 2001, o Centro Conjunto para Estudos Políticos e Econômicos relatou que havia 9.101 autoridades Negras eleitas em exercício naquele ano. 603 Prefeitos Negros foram eleitos para o cargo em quase todas as maiores cidades americanas nas últimas três décadas.

A classe média Negra tem necessariamente uma relação contraditória com a luta dos Negros. Por um lado, ela apoia alguns tipos de luta, desde que sirvam a seus interesses. Assim, um empresário explicou sua atitude em relação aos radicais Negros dos anos 1960:

Quando você pergunta sobre o militante Negro, devo dizer que aprecio as mudanças que ele ajudou a conseguir nos últimos dez anos. Se não houvesse pessoas correndo nas ruas jogando tijolos, eu não estaria onde eu estou. Apenas após os motins que conseguimos a legislação na administração Johnson.

Foi necessário um Rap Brown e um Stokely para fazer o empresário [branco] olhar em torno e falar com Whitney Young. Se não estivessem queimando cidades e fazendo rebeliões, o meio empresarial não teria perguntado “com quem podemos conversar?”⁴⁷.

Mas essa avaliação da militância Negra é drasticamente reduzida se ameaça a própria posição de um homem ou mulher Negros de negócios ou o próprio sistema. Historicamente, a classe média Negra apoiou algumas extensões de direitos dos Negros, mas não seguiram políticas contraditórias aos seus interesses de classe. Sob a Reconstrução, por exemplo, nenhum dos Negros eleitos fez qualquer coisa para conseguir terra para os escravos recém-libertados. Uma autoridade Negra de fato propôs uma política para “cessar permanentemente o confisco da terra e retirada do direito de voto por ofensa política” da burguesia sulista. Da mesma forma, ao longo dos anos 1970 e 1980, muitas vezes prefeitos Negros e a classe média Negra se opuseram às aspirações dos trabalhadores Negros. Mas por causa da posição relativamente fraca desse setor em relação à classe dominante em geral nos EUA – e por causa do caráter persuasivo do racismo nos Estados Unidos – essa camada de Negros vai lutar para aumentar

47 T. Boston, “Racial Equality and Class Stratification,” *Review of Radical Political Economics* 17, no. 3 (Fall 1985): 56.

sua riqueza e influência dentro do sistema, mesmo quando fala contra ele. Isso é o que a campanha presidencial de Jesse Jackson representou para a classe média Negra.

A integração da classe média Negra dentro do Partido Democrata e outras instituições do capitalismo (como as principais corporações, a mídia, as Forças Armadas etc.) não deve ser revertida, apesar do racismo dentro do Partido Democrata e a sociedade em geral. Isso, no entanto, não representa uma vitória para o conjunto dos Negros, mas é o resultado doce e amargo das lutas dos anos 1960. A criação de uma máquina política Negra nas cidades em todo o país (e dentro do Partido Democrata) é com certeza uma vitória sobre a segregação. Mas os ganhos dessa vitória são poucos e não espalhados pela população Negra como um todo. A campanha de Jesse Jackson não ajudou a construir uma alternativa ao capitalismo ou a galvanizar um amplo número de Negros para a ação. Ao contrário, conseguiu canalizar o descontentamento dos Negros para uma direção segura. O próprio Jackson sempre foi explícito sobre suas ambições e sua orientação política. Ele quer ser o porta-voz do povo Negro nos Estados Unidos e, para manter sua credibilidade, ele irá, é evidente, emprestar apoio ou até mesmo liderar lutas importantes que desafiem aspectos do sistema. Ao fazer isso, ele usará algumas vezes palavras de ordem e retórica radicais. Mas Jackson, de forma impressionante, tem sido consistente em sua carreira política – ele é um ousado proponente do mercado e do capitalismo e também defende o Partido Democrata. Nos anos neoliberais de 1990, Jackson começou a propagandear seu Projeto Wall Street, um esforço para angariar investimentos de Wall Street nos negócios dos Negros como o “quarto movimento na sinfonia da liberdade”, em seguida às lutas para acabar com a escravidão, estabelecer o direito de voto e conquistar os direitos civis. Ele acrescentou que “nós precisamos nos tornar acionistas ao invés de arrendatários”. Essa noção pode soar absurda, mas ela mostra como mesmo um “progressista” como Jackson se tornou uma peça do sistema. O jornalista de Chicago Salim Muwakkil escreve:

Em um mundo onde, como um amigo ironiza, “o FMI e todos os outros FM controlam a economia global” parece haver pouca alternativa senão aprender as regras do capitalismo. Na introdução a seu novo livro, Jackson escreve: “Não entender o papel do dinheiro no sistema capitalista é como ser um peixe fora d’água.”

Em um sistema capitalista que se construiu primeiro sobre o trabalho escravo e depois garantiu que os Negros americanos fossem discriminados, mais pobres e menos pagos que os outros, faz pouco sentido pregar as virtudes do gerenciamento monetário. Mesmo se o conselho de Jackson ajudasse alguns indivíduos aqui e ali a ter sucesso no mundo dos negócios, não faria nada para transformar um sistema que cresce sobre a desigualdade racial.

BLOCO 4 – MARXISMO, RAÇA E LUTA DE CLASSES

“Podemos e devemos encontrar o caminho que nos conduza à consciência dos trabalhadores negros, chineses, hindus e a todos os oprimidos desse oceano humano constituído pelas raças “não brancas”, que são as que terão a última palavra no desenvolvimento da humanidade”

Leon Trotsky

(13 de junho de 1932)

1. Como se portava o trabalhador inglês diante do trabalhador irlandês? De que lado se posicionava a AIT?
2. A escravidão negra foi fundamental para a acumulação primitiva capitalista. E a Partilha da África?
3. Qual o foi impacto da revolução de 1917 sobre a política dos comunistas para os negros nos Estados Unidos?
4. O que significa a frase “em cima dessa dicotomia étnica [entre brancos dominadores e negros dominados] estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro”. Dê um exemplo pessoal ou do vosso cotidiano.
5. Qual é a relação entre alienação e o racismo?
6. É possível a unidade entre trabalhadores/as brancos/as e negros/as?
7. Explique a seguinte afirmação: “os movimentos dos oprimidos não têm um poder social real para transformar fundamentalmente o sistema a não ser que se transformem em um movimento dos explorados e oprimidos”.
8. Qual é a única ferramenta capaz de libertar definitivamente os negros?

O que é marxismo – Milcíades Peña

Alienação quer dizer que o homem está dominado por coisas que ele mesmo criou. Alienação quer dizer que o homem projetou para fora de si partes de si mesmo, que partes dele próprio se transformaram em coisas, e que essas coisas dominam o homem. O poeta alemão Heine sobre a Inglaterra industrializada de sua época: “onde as máquinas se comportam como seres humanos e os homens como as máquinas”. Diz Marx: “A ação conjunta dos indivíduos cria mil forças produtivas. Mas, uma vez criadas, estas forças deixam de pertencer aos seus criadores, tornam-se hostis a eles e os tiranizam”. “Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos”. Desalienação quer dizer que o homem põe sob seu controle essas coisas que o oprimem e que são partes dele mesmo, produtos de seu trabalho.

Desalienação quer dizer que, ao dominar essas partes de si mesmo que se converteram em coisas que hoje o oprimem, o homem se reencontra consigo mesmo, resgata a si próprio.

Como se produz a alienação do homem?

[...] os homens não só trabalham para satisfazer suas necessidades elementares, não só criam novas necessidades, mas também fazem outros homens, isto é família – estão dados todos os elementos que originam a alienação do homem e mulher, entre pais e filhos, ou seja, na família.

Pois bem, nestas três realidades – trabalho, produção de necessidades novas e produção de

homens, isto é, família – estão dados todos elementos que originam a alienação do homem ao longo da história até nossos dias.

Pelo trabalho, nascem objetos que possuem uma espécie de existência independente a respeito de seu criador, que é o homem. Nas sociedades primitivas, onde o produtor consome seus próprios produtos, a independência do objeto se esgota rapidamente, no momento em que seu criador os consome. Mas quando começou a produção de mercadorias, sobretudo na sociedade capitalista, os objetos, convertidos em mercadorias, escapam ao controle do produtor – que já não os consome, adquirem independência e dominam o homem através da lei do valor, do dinheiro, do preço e demais categorias e leis econômicas.

Por outro lado, tanto a produção de objetos como a produção de outros homens só podem ser feitas pela cooperação de indivíduos distintos. Desta cooperação, surge uma rede de relações sociais e de instituições que vão aumentando em extensão e complexidade e terminam por dominar o homem, dando-lhe a aparência de serem coisas naturais, tão distantes de seu controle como os astros ou os planetas.

No que diz respeito à produção dos outros homens, existe uma situação que cada vez se desenvolve mais, à medida que aumenta o domínio da humanidade sobre a natureza. Trata-se da divisão do trabalho. Homem e mulher têm distintas funções no trabalho da reprodução, e esta é a primeira divisão de trabalho conhecida pelo homem. Mas depois surgem novas divisões. Surge a tremenda divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. E surge a possibilidade – e logo a realidade – de que uma parte da humanidade se converta em beneficiária da outra parte. Surge a possibilidade para alguns homens de apropriar-se do produto do trabalho alheio.

E com a divisão do trabalho começa o desenvolvimento unilateral do homem. Desde o começo da divisão do trabalho cada um tem uma função determinada e exclusiva que lhe é imposta e da qual não se pode sair. O homem já não é mais primordialmente homem: é, antes de tudo, operário, camponês, burguês ou artesão, e tem que continuar sendo assim se não quiser perder o seu meio de subsistência.

A divisão do trabalho, o trabalho produtivo e a produção de novas necessidades se desenvolvem através da história. E com eles crescem os objetos produzidos pelo homem, mas que o homem não domina; crescem as instituições criadas pelo homem, mas que o homem não domina. O homem se aliena no que diz respeito às suas obras, às coisas que ele criou, isto é, estas lhe parecem como objetos estranhos regidos por leis próprias que são impostas mesmo contra sua vontade. E, finalmente, ao se dividir a sociedade em classes, o homem aliena de si mesmo e se produz a alienação entre o homem e o homem. Isto é, assim como os produtos de seu trabalho lhe dão “coisas” cujo controle lhe escapa, o homem começa a utilizar outro homem como um meio ou um instrumento, como uma coisa para a satisfação de suas próprias necessidades.

O homem se converte em coisa, em mercadoria que outros homens comprem para seus fins. E tudo o que o homem trabalhador produz já não só lhe parece como uma coisa estranha que ele não domina. Agora esse produto de seu trabalho se converte em um poder estranho, no poder de outra classe, de outros homens que se encontram sobre ele.

E, desde então, ao ficar alienado, o homem torna alienado seu trabalho. Já não só os produtos de seu trabalho parecem, ante o homem, coisas e poderes estranhos. Agora é seu próprio trabalho que lhe parece estranho, externo. O homem já não trabalha porque trabalhar é a essência humana e somente no trabalho ele se realiza. Agora o homem alienado trabalha para viver. Isto é, o trabalho já não é a condição e o pressuposto superior de vida, mas simplesmente um meio, um instrumento, não para realizar a vida, mas para poder satisfazer as

mais importantes necessidades biológicas.

Este é o panorama geral – num passar de olhos – do que o marxismo chama de alienação do homem, e que podemos resumir em uns poucos pontos. A alienação se revela em que:

- Os produtos do trabalho do homem têm existência independente; o mundo das coisas criadas pelo homem se move independentemente da vontade humana;
- As relações sociais entre os homens aparecem como coisas que escapam também ao controle do homem e parecem ser regidas por leis próprias, quase “naturais”.
- O homem já não existe como homem, mas sim como homem parcial: como trabalhador ou lojista, como intelectual ou pedreiro, como parte homem, nunca como totalidade humana;
- O próprio homem se converte em coisa, em instrumento que outros homens utilizam para seus próprios fins;
- E por fim... o próprio trabalho se separa do homem e se converte em coisa. Já não é a realização da capacidade criadora do homem, mas uma coisa, um meio para satisfazer suas necessidades.

Pois bem, o que então é o marxismo, o que pretende?

O marxismo é, como já dito, uma concepção de mundo, é uma crítica à sociedade capitalista e um programa de luta para transformá-la.

E como chave deste três aspectos do marxismo, como objetivo único e decisivo do marxismo, está a luta para desalienar o homem, a aspiração de resgatar a plenitude humana do homem.

No marxismo, todas as outras questões são apenas meios para este fim. O desenvolvimento material das forças produtivas e a elevação do nível de vida são importantes porque constituem a base material para a desalienação do homem. A liquidação do capitalismo é fundamental, pois constitui, por sua vez, a condição básica para um maior desenvolvimento das forças produtivas. A ascensão da classe operária ao poder é imprescindível, pois constitui o requisito básico para a liquidação do capitalismo. Tudo isto é fundamental e importante, como também o são os satélites, as grandes centrais hidrelétricas, os tratores etc. Mas para o marxismo esses são meios e nada mais. Pois o que o marxismo quer – a essência do marxismo – é um novo tipo de relação entre os homens, na qual os homens não sejam dominados por coisas nem fetiches; na qual o homem seja senhor absoluto, dono soberano de suas faculdades e seus produtos, e não escravo da mercadoria e do dinheiro, da propriedade e do capital, do Estado e da divisão do trabalho.

O Capital, livro 1, volume 1 – Karl Marx

Nos Estados Unidos, todo o impulso de independência dos trabalhadores ficou paralisado enquanto a escravatura desfigurava uma parte da república. O trabalhador branco não pode emancipar-se onde se ferreteia o trabalhador negro. Mas da morte da escravatura surgiu imediatamente uma nova vida. O primeiro fruto da guerra civil foi a campanha pelas 8 horas, que se propagou, com a bota de sete léguas das ferrovias, do Atlântico ao Pacífico, da Nova Inglaterra à Califórnia (p. 344).

A Questão Irlandesa – Karl Marx

Todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra têm agora uma classe operária dividida em dois campos inimigos: proletários ingleses e proletários irlandeses. O operário inglês comum detesta o operário irlandês como um concorrente que rebaixa seu nível de vida, sente-se a seu respeito, como membro de uma nação dominante e torna-se, desta forma, um instrumento de seus aristocratas e capitalistas contra a Irlanda e assim consolida seu poder sobre si próprio. Preconceitos religiosos, sociais e nacionais jogam-no contra o operário irlandês, comporta-se em relação a ele, mais ou menos como os brancos pobres contra os negros, nos antigos estados escravistas da União americana. O irlandês lhe paga na mesma moeda; vê nele simultaneamente o cúmplice e o instrumento cego da dominação inglesa na Irlanda.

Este antagonismo é mantido artificialmente e atizado pela imprensa, pelos sermões, revistas humorísticas, enfim, por todos os meios de que dispõem as classes no poder. Este antagonismo constitui o segredo da impotência da classe operária inglesa, a despeito de sua boa organização. É também o segredo da força persistente da classe capitalista, que disto se dá conta perfeitamente.

Mas o mal não acaba aí. Ele atravessa o oceano. O antagonismo entre ingleses e irlandeses é a razão oculta do conflito entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Ele impede qualquer colaboração séria e sincera entre as classes operárias dos dois países. Ele permite aos dois governos mascarar, quando lhes convém, o conflito social, excitando os dois países um contra o outro e, em caso de necessidade, provocando uma guerra.

A Inglaterra, metrópole do capital, potência até agora dominante no mercado mundial, é no momento o país mais importante para a revolução operária e além disso o único país onde as condições materiais desta revolução chegaram a um certo grau de maturidade. Por isso, a Associação Internacional dos Trabalhadores visa, antes de mais nada, acelerar a revolução social na Inglaterra. E o único meio de conseguí-lo é tornar a Irlanda independente.

Eis porque a Internacional deve sempre dar prioridade ao conflito entre a Inglaterra e a Irlanda, tomando abertamente o partido desta última. A tarefa especial do Conselho Central em Londres é despertar na classe operária inglesa a consciência de que a emancipação nacional da Irlanda não é para ela uma abstrata questão de justiça e de humanitarismo, mas a condição primeira de sua própria emancipação social.

Sociologia do negro brasileiro (1988) – Clóvis Moura

Em cima dessa dicotomia étnica [entre brancos dominadores e negros dominados] estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior, e as demais nuances de miscigenação mais consideradas integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses pólos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática. Criou-se, assim, através de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnica de grandes segmentos

populacionais não-brancos. Eles fogem simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos capazes de fazer com que se sintam resguardados do julgamento discriminatório das elites dominantes (p. 62).

A identidade e a consciência étnicas são, assim, penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se auto-analisarem, procurando sempre elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante (p. 62).

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não-brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam que ela era: acastanhada, agalegada, alva, alva-escuro, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelosa, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha, escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha clara, cobre corada, cor de café, cor de canela, cor de cuia, cor de leite, cor de ouro, cor de rosa, cor firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquiçado, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morena castanha, morena clara, morena cor de canela, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena roxa, morena ruiva, morena trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negota, pálida, paraíba, parda, parda clara, polaca, pouco clara, pouco morena, preta, pretinha, puxa para branca, quase negra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retina, rosa, rosada, rosa queimada, roxa, ruiva, russo, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor. O total de cento e trinta e seis *cores* bem demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior.

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais (p. 63).

O mito da democracia racial (2016) – Wilson Honório da Silva

Autodeclaração: “tendo o campo de batalha delimitado, entrei na luta”

Autodeclaração, “desalienação” e consciência de raça e classe

A frase que serve como título para este artigo é de *Peles negras, máscaras brancas*, escrito em 1952 pelo psiquiatra e escritor marxista Frantz Fanon e refere-se a um momento decisivo na vida de qualquer um que tenha sua ancestralidade ligada à Diáspora; ou seja, à dispersão forçada, para várias partes do mundo, de africanos sequestrados da África. O momento em que uma pessoa deixa de se ver como “morena”, “parda” ou “mulata” e assume-se como negra (p. 95).

Um momento particularmente “difícil” para aqueles e aquelas que descendem de africanos que se miscigenaram com os colonizadores europeus (no caso das mulheres, geralmente através de estupros) ou são frutos de relações inter-raciais e, portanto, se “distanciaram” das

características originais de seus ancestrais, tendo, por exemplo, um tom de pele mais claro (p. 96).

Para estes, em particular, “assumir-se” negro(a) significa um reposicionamento radical diante da sociedade, pois rompe com o “ideal de branquitude” criado pelas ideologias racistas e tido como padrão para beleza, superioridade, sucesso, civilidade, honestidade etc (p. 96).

Um resgate que também é uma decisão essencial em termos da localização numa sociedade dividida em classes; pois, significa que, invés de tomar como norte para sua vida os padrões da classe dominante, acreditando que “embranquecer” seja sinônimo de ascender socialmente, esta pessoa começar a caminhar em direção aos explorados e oprimidos, o que pode levá-la à consciência de que a conquista da liberdade e da igualdade só será possível através da luta ao lado destes setores (p. 96).

A equação é complexa, mas o resultado foi eficiente. Vincular a identidade racial de negros e negras ao tom de pele foi um mecanismo colocado a serviço de destruir esta mesma identidade na medida em que, num país marcado por quase 400 anos de escravidão negra, ser branco/a (ou declara-se como tal) é um ideal que se contrapõe à toda carga negativa associada à negritude (p. 99).

Ou seja, por cima e para além das possibilidades infinitas que podem existir entre “o moreno claro”, o “pardo”, o “tiziu” ou o “retinto”, aqui sempre houve um “modelo” a seguir: o branco. E a burguesia se utilizou de todos os mecanismos possíveis (a educação, os meios de comunicação, a exclusão socioeconômica, a repressão policial ou a discriminação generalizada) para que negros/as vissem no “branqueamento” o caminho a aceitação e ascensão sociais (p. 99).

Também por isso o processo de autodeclaração tem uma enorme importância. É exatamente pela força do discurso ideológico e seu reflexo na realidade que não podemos menosprezar quando alguém de pele mais clara rompe com esta lógica, abre mão das mediações impostas pelo mito da democracia racial e passa a se autodeclarar negro ou negra. Isto significa, em algum nível, um salto na consciência, uma ruptura com a lógica do sistema, porque ele/ela sabe, por experiência própria, que pode estar abrindo mão de “privilégios” ou que, no mínimo, isto aumentará seus conflitos com a sociedade (e não faltariam histórias como isto se dá na família, entre os amigos, nos locais de trabalho e estudo etc.). (p. 114).

Mais importante ainda, do nosso ponto de vista, é que, ao tomar essa “decisão”, conscientemente ou não, como já afirmamos, este indivíduo dá as costas para os padrões da classe dominante e volta-se em direção aos explorados e oprimidos. Por isso, dizemos que não é só uma questão de identidade (como querem os pós-modernos e racialistas). É uma questão de raça e, conseqüentemente, também de classe.

Negar o ideal de embranquecimento é, em primeiro lugar, enxergar-se como oprimido; é reconhecer que seus sofrimentos, condições de vida, humilhações etc. têm a ver com o racismo, mas, também, identificar-se com os padrões opostos ao da classe dominante, passo fundamental para se reconhecer como parte daqueles que são explorados. Faz parte do processo de construção da consciência de classe. Algo que, sabemos, só pode ser concluído e consolidado com a intervenção consciente de um partido (p. 115).

Contudo, como temos visto de forma crescente (inclusive dentro dos movimentos sociais), assumir a negritude como identidade racial é algo que ainda entra em choque com a percepção que os outros têm sobre nossa identidade, com a forma que o mundo nos localiza no “degradê” criado pela democracia racial. Ou seja, aqui, o caminho para a ruptura com o ideal de branqueamento passa por se aceitar e, também, por ser aceito/a como negro/a (p. 115).

A repartição da África – Américo Gomes

Lenin definia o imperialismo em sua essência como a existência do “capitalismo monopolista”, fruto da fusão do capital industrial e capital bancário gerando o capital financeiro.

Este capital monopolista exige uma política colonial. Na medida em que o capital financeiro necessita lutar “pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc. e, finalmente, pelo território econômico em geral. Isso é, necessita de colônias para assegurar o monopólio das matérias-primas e do mercado interno.

O “excedente de capital” dos países imperialistas, fruto da apropriação de mais valia em seus países, encontram obstáculos para o seu crescimento (entre eles a pobreza do proletariado e as tarifas alfandegárias protecionistas na Europa), criando-se então a necessidade de “exportação deste capital” em busca de uma localização mais “lucrativa”. Vão ao exterior, para os países considerados pouco desenvolvidos, com poucos capitais, salários baixos, matéria-prima barata e baixo preço da terra.

Mantêm a afluência de mais-valia sob a forma de juros de empréstimos feitos aos governos fantoches no continente e lucros das empresas multinacionais que operam na África. Para isso é necessário o controle monopolista destes países mais pobres. Com os Estados imperialistas garantindo a repressão militar.

No caso específico da conquista das “colônias das potências europeias em África”, Lenin distingue o que era esta política até 1876, chamada de “livre conquista” de territórios, com a que ocorre a partir de 1900, “quando todo o mundo estava já repartido”, e a caracteriza como a “era da posse monopolista das colônias”. A luta pela nova partilha do mundo. Em base a “tendência para a dominação, em vez da tendência para a liberdade” e a conseqüente “exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes”.

Isso determina que estas conquistas coloniais somente pudessem ser realizadas de maneira cada vez mais violenta. Pois, na medida em que os grandes grupos monopolísticos lutam entre si, para a apropriação da mais-valia criada em escala mundial, geram uma nova divisão internacional do trabalho, transformando as economias “nacionais” em partes de um gigantesco processo, que se estende por todo planeta, em um conflito que somente pode ser resolvido através de lutas sangrentas. Gerando guerras imperialistas, militarização da

economia e a corrida armamentista. Uma época de guerra e revoluções.

A nova partilha da África, que se materializou no final do século XIX e início do XX, combinou-se com a formação de monopólios capitalistas internacionais; exportação de capital das metrópoles (ao invés de exportação de commodities⁴⁸), e importação em grande escala de matéria-prima. A Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, foi o seu maior símbolo.

Mas, como previu Lenin, estes acordos imperialistas estavam sujeitos à correlação de força entre estes grupos, quando ao se alterarem acarretam nova luta pela redivisão dos mercados. Assim a situação se torna instável e fonte de conflitos constantes.

A partilha da África

A África era vista como um mercado aberto para o excedente de produção imperialista, fornecedora de matéria-prima em abundância, e possuidora de mão de obra barata e em algumas vezes até, gratuita.

Até o século XIX as potências europeias estavam na costa, em apenas 10% do continente. O tráfico de escravos e o fluxo comercial com a Ásia e o Oriente, eram os objetivos principais. Sete potências europeias estavam presentes no território africano: França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Bélgica e Portugal.

Então Bismark propôs a realização de uma conferência para realizar uma nova repartição do continente, buscando obter uma parte maior para a crescente Alemanha.

Estas potências europeias e mais os Estados Unidos se reuniram para garantir suas “esferas de influência” e estabelecer mecanismos para a criação de territórios. Estabeleceram que nenhuma nação reclamaria nenhum território africano sem antes ter notificado de suas intenções aos demais países envolvidos e nenhum território deveria ser reclamado sem antes ser ocupado. “Estas seriam condições para as anexações serem reconhecidas”. Um acordo entre bandidos imperialistas repartindo o botim de seus roubos.

A “Partilha da África”, como ficou conhecida a Conferência de Berlim, em 1884-1885, foi uma tentativa de resolver as divergências a respeito da extensão do poder de cada potência colonial, numa época em que novos países entravam na corrida pela conquista de colônias. A fórmula encontrada foi a de que nenhuma nova potência teria direitos sobre um território a menos que exercesse um controle político forte e efetivo sobre ele. Na prática, as potências estabeleciam protetorados formais, que garantiam mercados livres para o seu comércio.

Entre 1873 e 1904 aproximadamente um terço da África foi anexada pelo Imperialismo Britânico. O Sudão, Quênia e Uganda foram conquistados, formou-se o protetorado da Nigéria, Serra Leoa e a Costa do Ouro foram dominadas. Em 1877 os britânicos anexaram a República Sul Africana, derrotaram os zulus, na Guerra Anglo-Zulu em 1879; os bôeres na Segunda Guerra dos Bôeres em 1902, e anexaram as repúblicas independentes do Estado Livre de Orange e a República Sul Africana. Em 1882 o Reino Unido teve o controle

48 Mercadorias. Em geral, são minérios ou produtos agrícolas como soja, laranja etc. exportados ou importados.

administrativo do Egito, através de forças militares, declarando-o protetorado em 1914.

Os franceses haviam perdido o Canadá e Índia para os ingleses, para compensar, conquistaram a Argélia em 1830, anexaram à Tunísia em 1881 e a Guiné em 1884, entraram em parte do Congo e no Senegal em 1885, em 1912, com o acordo da Grã-Bretanha, estabeleceram-se no Marrocos, apesar de Oposição alemã, enquanto a Itália ocupou a Líbia.

Os belgas formaram o Estado Livre do Congo, mais especificamente como uma propriedade de seu rei, Leopoldo II. Significou a conquista de cerca de 2,3 milhões de km², 75 vezes a área da Bélgica. Leopoldo aumentou sua fortuna pessoal baseado na exploração da borracha, do marfim e mineração. Seu domínio caracterizou-se pela crueldade e o terror, com trabalhos forçados e punições sangrentas: com corte das mãos e cabeças (Leopold no Estado Livre do Congo pendurava cabeças e corpos de aldeões em cercas como um aviso aos outros sobre o que aconteceu com aqueles que não cumpriam sua quota de borracha) e assassinatos em massa.

Os alemães saíram muito bem desta Conferência, já que antes não tinham praticamente nada. A aquisição da pequena colônia do Togo e Camarões, na África Ocidental; Namíbia e Tanzânia, lhes permitiu óleo de palma e bases petroleiras para suas indústrias em expansão. Um império de 2,6 milhões de km² e 14 milhões de habitantes. Navios a vapor estabeleceram linhas diretas entre a África e Hamburgo.

Em 1914, cerca de 90% do continente estava nominalmente sob controle destes países. Somente duas áreas da África permaneceram não reclamadas: a Libéria, ocupada por repatriados afro-americanos e na verdade uma dependência dos Estados Unidos; e a Etiópia, que manteve a independência após derrotar os italianos em 1896.

Depois da primeira guerra houve nova partilha do botim, dividindo-se o território sob domínio alemão: Togo e Camarões ficaram com a França, a Tanzânia com a Inglaterra, Ruanda com a Bélgica e a Namíbia com a África do Sul.

Capital financeiro e exportação de matéria-prima

Com a partilha da África, os donos do capital financeiro, como: Morgan e Rockefeller dos Estados Unidos; os Rothschild da Europa; os Oppenheimer da Alemanha; e os Schneider da França saltaram sobre o continente como hienas famintas.

A Bethlehem Steel e a Standard Oil dos Rockefeller e o Morgan Guaranty Trust, associado ao US Steel e a General Electric operavam no Gabão e na Union Minere no Congo.

O Banco Belge e a Société Generale na Angola Diamond, explorando diamantes em uma área de 1 milhão de km², com acordos corporativos com a Diamond Corporation na Costa do Marfim e a Companhia de Pesquisas Minerais de Angola, associada ao governo angolano.

[...]

Os bancos alemães como Deutsche Bank e Dresdner Bank, aliados aos trustes Mannesman, Krupp, Bayer, Hoechst e Siemens entraram na África.

Franceses e belgas estavam juntos na Societé Generale, atuando na África francesa e no Congo. Na Líbia atuavam o Banco di Roma e o Banco de Napoli; e o Banco Ultramarino nas colônias portuguesas. Os alemães fundaram na Tanzânia em 1905 o German East África Bank. Em 1901 o Banque de Senegal transformou-se em Banque de l'Afrique Occidental (BAO) com ligações com o poderoso Banco da Indochina.

Depois da I Guerra Mundial os ingleses e franceses obtiveram praticamente o monopólio absoluto do sistema bancário africano através dos bancos: National & Gridlays, Standart Bank e o Barclays.

As administrações coloniais garantiram a seus imperialismos o monopólio em seus territórios. [...]

Com seus aparatos de repressão: exército, polícia, grupos para militares e tribunais; garantiram a exploração capitalista/imperialista da África, banhada no sangue de quem resistisse.

William Lever que montou o complexo industrial Unilever, começou produzindo sabão em Liverpool, em 1902, conseguiu dos belgas no Congo concessões de terras em grande quantidade para o cultivo da palma. Em 1910 comprou uma fábrica na Nigéria, depois em Serra Leoa e Libéria. Incorporou suas duas concorrentes, a African e a Estern, e formou a United Africa Company (UAC), monopolizando todo o setor.

A Firestone comprou as plantações de borracha da Liberia, que enviava para sua fábrica em Akron, Ohio, e de lá para Detroit na fábrica da Ford.

O fornecimento de matéria-prima proporcionou ganhos multimilionários para a indústria imperialista.

A Europa importava também de suas colônias café, cacau, amendoim, banana e algodão e exportava maquinaria, produtos têxteis.

A mineração foi a grande exploração na África. A Guiné fornecia ferro, bauxita e diamantes; Gana: bauxita; Costa do Marfim manganês e diamantes; o Senegal fosfato de cálcio e alumínio; a Mauritânia ferro; o Togo fosfato; o Gabão manganês, urânio, petróleo e ferro; Angola: petróleo, diamantes, manganês e minério de ferro; Serra Leoa: minério de ferro; Congo diamantes, cobre e estanho; Rodésia do Norte: cobre, zinco e manganês; Rodésia do Sul: carvão, cromo e amianto; a África do Sul ainda é: o maior produtor do mundo de ouro com metade da produção mundial e 40% das pedras preciosas, como diamantes, terceiro lugar na produção deles depois de Congo e Gana, que também produz cromo, chumbo e urânio.

Em 1956 a África produzia 96% dos diamantes do mundo; 69% do cobalto; 63% do ouro; 15% do estanho; 37% do manganês; 32% do fosfato; 24% do cobre; 4% do minério de ferro e da bauxita; 66% do cacau; 26% do amendoim; 14% do café (p. 05). [...]

Racismo e Exploração

O racismo foi fundamental para dar base a brutal exploração do trabalho dos povos negros da

África negra.

De maneira geral o racismo está a serviço da exploração capitalista, pois contribui para manter um regime de trabalho discriminatório que barateia a mão de obra e conseqüentemente aumenta os lucros. Na África o preconceito racista imperialista é a base ideológica para que a maioria dos negros não tenham, até hoje, salário igual, trabalho técnico, terras férteis, educação, e sejam obrigados a morar em grandes favelas sem assistência social, saúde e higiene básica. Assegurando força de trabalho barata e em grande quantidade nas fazendas e minas.

Um dos elementos fundamentais para isso foi a expropriação da terra dos nativos. Pois assim os colonos brancos produziam nestas terras e exploravam a força de trabalho negra. Na África do Sul e Rodésia proibiram os habitantes de plantar em suas terras para o comércio; em regiões do Congo os negros foram proibidos de caçar; e na África Oriental inglesa, obrigados a exclusivamente plantar algodão e amendoim.

[...]

Consequências

A espoliação da África serviu ao processo de concentração de capitais do imperialismo, dominada pelos monopólios em diversas atividades. Levavam a matéria-prima e traziam produtos manufaturados. Não interessados em ter nenhum desenvolvimento industrial, subordinando o crescimento econômico aos interesses dos países imperialistas. Até atividades industriais e artesanais pré-coloniais foram destruídas. Realizaram empreendimentos econômicos que lhes interessava, como a construção de portos, estradas e caminhos de ferro para o escoamento destas produções. A especialização da indústria extrativa voltada para a exportação praticamente acabou com o comércio interafricano, e áreas sem esses recursos foram totalmente negligenciadas.

Ainda hoje os monopólios controlam cerca de 80% do volume do comércio em África. Com os Estados Unidos ocupando o papel que ocuparam algumas nações europeias, com crescente investimento na indústria extrativa e estabelecimentos financeiros, associados aos bancos franceses e belgas que ainda dominam em seus antigos territórios. A City deu lugar a Wall Street.

A África é um continente rico em matérias-primas, explorado pelas potências imperialistas através de grupos multinacionais ligados a governos africanos corruptos, que geraram uma burguesia negra parasitária e totalmente dependente destes países.

O uso da força militar para estabelecer e manter o controle foi constante e sangrento. O barco a vapor, as ferrovias, e fundamentalmente as metralhadoras foram fundamentais para a conquista do continente. Os governos coloniais eram a polícia a serviço dos consórcios bancários e industriais imperialista.

Tesouros culturais foram roubados e levados para a Europa, leiloados para compensar os custos das expedições. Chefes tribais enganados ou mortos, subjugados, outros diretamente

vendidos aos colonizadores; tribos espoliadas, como os zulus, metabeles, mashonas, o reino do Níger, o principado de Kano, fulanis, dinkas, massai, sudaneses e os habitantes de Benin.

As fronteiras do continente foram criadas artificialmente refletindo os interesses estrangeiros e não a história dos povos e nações. Praticamente mil reinos tribais foram transformados em mais de 50 Estados “independentes”.

Foi um processo que não considerou as bases étnicas e geográficas reais e, que em muitos casos, levou a construção de alguns países inviáveis economicamente. A partição de etnias em diferentes Estados dificultou a luta de libertação nacional e gera conflitos até hoje. (p. 07).

O modelo estatal europeu foi copiado organizacional e institucionalmente, não tendo nada que ver com a tradição africana. Com o objetivo de construir uma burocracia e uma burguesia, correia de transmissão do imperialismo, despótica e repressora.

[...]

A colonização africana foi fonte de desenvolvimento para os imperialismos europeus, a custo de: trabalho forçado, fluxo migratório com o deslocamento de populações (que desmantelou culturas das economias pré-coloniais), o cultivo obrigatório, a apreensão forçada de terras, alta taxa de mortalidade em minas e plantações, a brutalidade com a resistência e os movimentos de protesto.

Não resta dúvida que a principal tarefa da classe trabalhadora africana é expulsar definitivamente as potências imperialistas e seus trustes do continente, como parte, indissolúvel, da revolução socialista na África. Isso somente será feito com o método de luta da classe trabalhadora, dirigido contra o imperialismo mas também contra a nova burguesia africana e seus governos fantoches, rompendo com todas as direções reformistas e nacionalistas que não colocam estas tarefas na ordem do dia (p. 07).

Teses sobre a questão negra (1922) – IV Congresso da Internacional Comunista

1

Durante e depois da guerra um movimento revolucionário começou a desenvolver-se entre os povos coloniais e semi-coloniais e este movimento ainda desafia a dominação do capital mundial. Portanto, se o capitalismo é para continuar, ele deve entrar em acordo com o problema cada vez mais difícil de como intensificar a sua colonização das regiões habitadas por pessoas negras. O capitalismo Francês reconhece claramente que o poder pré-guerra do imperialismo Francês só pode ser mantido através da criação de um império Franco-Africano, defendido por uma ferrovia Trans-Saariana. Os magnatas financeiros Americanos (que já exploram 12 milhões de negros no seu próprio país) começaram uma invasão pacífica de África. A medida em que a Grã-Bretanha, por sua vez, teme qualquer ameaça à sua posição na África é claramente mostrada pelas medidas extremas que tomou para reprimir as greves na África do Sul. Embora a concorrência entre as potências imperialistas no Pacífico cresceu com a ameaça de uma nova guerra mundial, a rivalidade imperialista na África, também desempenha um papel sinistro. Finalmente, a guerra, a revolução Russa e a rebelião anti-

imperialista entre os povos asiáticos e muçulmanos têm despertado a consciência de milhões de negros que durante séculos foram oprimidos e humilhados pelo capitalismo na África, e, provavelmente, ainda em maior grau na América.

2

A história dos negros americanos preparou-os para desempenhar um papel importante na luta de libertação de toda a raça Africana. Há 300 anos, os negros Americanos foram arrancados da sua terra natal Africana, transportados para a América em navios negreiros e, em condições indescritivelmente cruéis, vendidos como escravos. Por 250 anos, eles foram tratados como gado humano, sob o chicote do feitor Americano. O seu trabalho limpou as florestas, construiu as estradas, cultivou o algodão, construiu as ferrovias nas quais repousa a riqueza da aristocracia do sul dos EUA. A recompensa para seu trabalho era o analfabetismo, a pobreza e a degradação. Os negros não eram escravos dóceis; a sua história é cheia de revoltas, rebeliões, e uma luta clandestina pela liberdade, mas todos os seus esforços para se libertarem foram violentamente reprimidos. Eles foram torturados, enquanto a imprensa burguesa justificava a sua escravidão. Quando a escravidão se tornou num obstáculo que impede o desenvolvimento pleno e irrestrito da América para o capitalismo, quando esta escravidão entrou em conflito com a escravidão do trabalho assalariado, ela teve que ceder. A guerra civil, que não era uma guerra para a emancipação dos negros, mas uma guerra para a preservação da hegemonia industrial do Norte, confrontou os negros com uma escolha entre o trabalho forçado no Sul e a escravidão salarial no Norte. O sangue, suor e lágrimas dos "emancipados" negros ajudaram a construir o capitalismo Americano, e quando o país, que agora se tornou uma potência mundial, foi inevitavelmente puxado para a [primeira] Guerra Mundial, os negros Americanos ganharam igualdade de direitos com os brancos... para matar e para morrer pela "democracia". Quatrocentos mil proletários de cor foram recrutados para o exército Americano e organizados em regimentos especiais. Estes soldados negros mal tinham retornado do banho de sangue da guerra antes de serem confrontados com a perseguição racial, linchamentos, assassinatos, a negação dos direitos, a discriminação e desprezo geral. Eles lutaram, mas pagaram caro pela tentativa de fazer valer os seus direitos humanos. A perseguição de negros tornou-se ainda mais difundida do que antes da guerra, e os negros mais uma vez aprenderam a "conhecer o seu lugar". O espírito de revolta, inflamado pela violência pós-guerra e da perseguição, foi suprimido, mas os casos de crueldade desumana, como os eventos em Tulsa City em Oklahoma (cena de um massacre em 1921) ainda incendeia os ânimos novamente. Isto, somado à industrialização da pós-guerra dos negros no Norte, coloca os negros Americanos, em especial os do Norte, na vanguarda da luta pela libertação dos negros.

3

A Internacional Comunista está extremamente orgulhosa de ver os trabalhadores explorados negros resistindo aos ataques dos exploradores, uma vez que o inimigo da raça negra e o inimigo dos trabalhadores brancos é o mesmo — o capitalismo e o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o inimigo comum. Um movimento negro internacional com base nesta luta deve ser organizado: nos Estados Unidos, o centro da cultura negra e protesto negro, na África, com a sua reserva de mão-de-obra humana para o desenvolvimento do capitalismo, na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e outros países "independentes"), onde o domínio do capitalismo Americano é absoluto, em Porto Rico, Haiti, São Domingos e outras ilhas do Caribe, onde o tratamento brutal dos nossos irmãos negros pela ocupação Americana provocou um protesto em todo o mundo de negros conscientes e trabalhadores brancos revolucionários, na África do Sul e Congo, onde a industrialização crescente da população negra levou a todos os tipos de

revoltas, e no leste da África, onde as incursões do capital mundial levou a população local a iniciar um activo movimento anti-imperialista.

4

A Internacional Comunista deve mostrar aos negros que eles não são os únicos a sofrer a opressão capitalista e imperialista, que os trabalhadores e camponeses da Europa, Ásia e América também são vítimas do imperialismo, que a luta negra contra o imperialismo não é a luta de um único povo, mas de todos os povos do mundo; que na Índia e na China, na Pérsia e Turquia, no Egipto e Marrocos, os povos oprimidos não-brancos das colónias estão lutando heroicamente contra os seus exploradores imperialistas; que esses povos estão se levantando contra os mesmos males, ou seja, contra a opressão racial, desigualdade e exploração, e estão lutando pelos mesmos fins — emancipação política, económica, social e pela igualdade.

A Internacional Comunista representa os trabalhadores e camponeses revolucionários de todo o mundo na sua luta contra o poder do imperialismo — não é apenas uma organização dos trabalhadores escravizados brancos da Europa e da América, mas é também uma organização dos povos oprimidos não-brancos do mundo, que assim incentivam e apoiam as organizações internacionais dos negros na sua luta contra o inimigo comum.

5

A questão negra tornou-se parte integrante da revolução mundial. A Terceira Internacional já reconheceu a valiosa ajuda que os povos de cor Asiáticos pode dar à revolução proletária, e ela percebe que nos países semi-capitalistas, a cooperação com os nossos irmãos negros oprimidos é extremamente importante para a revolução proletária e para a destruição do poder capitalista. Portanto, o IV Congresso dá aos comunistas a responsabilidade especial de vigiar de perto a aplicação das "Teses sobre a questão colonial" à situação dos negros.

6

1. O IV Congresso considera essencial apoiar todas as formas do movimento negro que visam minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão.
2. A Internacional Comunista lutará pela igualdade racial de negros e brancos, por salários iguais e igualdade de direitos sociais e políticos.
3. A Internacional Comunista fará todo o possível para forçar os sindicatos a admitirem trabalhadores negros onde a admissão é legal, e vai insistir numa campanha especial para alcançar este fim. Se esta não tiver êxito, ela irá organizar os negros nos seus próprios sindicatos e então fazer uso especial da tática da frente única para forçar os sindicatos gerais a admiti-los.
4. A Internacional Comunista vai tomar imediatamente medidas para convocar uma conferência ou congresso internacional negro em Moscovo.

A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-Americano (1959) – James Cannon

A discussão histórica sobre a política e ação do Partido Comunista sobre a questão do negro, e sobre a influência russa na formação das mesmas, durante os primeiros dez anos da existência do partido, por exaustiva que seja, não pode ser suficiente se a investigação não projeta-se até a seguinte década. O jovem partido tomou os primeiros dez anos para fazer um começo neste

terreno até então não explorado. As façanhas espetaculares dos anos 30 não podem ser entendidas sem referência a esta década anterior de mudanças e reorientações. As posteriores ações e resultados vieram disto.

Uma análise séria de todo o processo complexo tem que começar com o reconhecimento de que os comunistas norte-americanos na primeira parte dos anos 20, tal como todas as outras organizações radicais deste período e períodos anteriores, não tinham nada com que podiam começar sobre a questão do negro senão uma teoria inadequada, uma atitude falsa ou indiferente e a aderência de alguns indivíduos com tendências radicais ou revolucionárias.

O movimento socialista anterior, do qual o Partido Comunista surgiu, jamais reconheceu a necessidade de um programa especial sobre a questão do negro. Esta era considerada pura e simplesmente um problema econômico, uma parte da luta entre os operários e os capitalistas; a idéia era que não se podia fazer nada sobre os problemas especiais da discriminação e a desigualdade antes da chegada ao socialismo.

Os melhores dos socialistas do período anterior foram representados por Debs, que se mostrava simpático a todas as raças e completamente livre de preconceitos. Porém, a limitação do ponto de vista deste grande agitador, sobre esta questão complexa, foi expressada na sua declaração:

"Nós não temos nada especial para oferecer ao negro, e não podemos fazer chamamentos separados a todas as raças. O Partido Socialista é o partido de toda a classe operária, seja qual for a cor – de toda a classe operária de todo o mundo" (Ray Ginger, *The Bending Cross*).

Esta foi considerada uma colocação muito avançada nesse período, mas não colocou o apoio ativo à exigência especial do negro por um pouco de igualdade aqui e agora, ou no futuro previsível, no caminho rumo ao socialismo. [...]

A política e a prática do movimento sindical era ainda pior. A organização IWW (Trabalhadores Industriais do Mundo) não excluía ninguém da militância pela sua "raça, cor nem credo". Mas os sindicatos predominantes da AFL (Federação Norte-Americana do Trabalho), com só umas poucas exceções, eram compostos exclusivamente pelos brancos da aristocracia operária. Estes também não tinham nada especial que oferecer aos negros; na realidade, não tinham absolutamente nada que oferecer-lhes.

A diferença – e foi uma diferença profunda – entre o Partido Comunista dos anos 20 e os seus antecessores socialistas e radicais, foi mostrada pela sua ruptura com esta tradição. Os comunistas norte-americanos dos primeiros anos, sob a influência e pressão dos russos na Comintern, estavam aprendendo lenta e dolorosamente a mudar sua atitude; a assimilar a nova teoria da questão negra como uma questão especial de gente duplamente explorada e posta na situação de cidadãos de segunda classe, o que requeria um programa de reivindicações especiais como parte do programa geral – e a começar a fazer algo sobre esta questão.

A verdadeira importância desta mudança profunda, em todas suas dimensões, não pode ser medida adequadamente pelos resultados que ocorreram nos anos 20. É necessário considerar os primeiros dez anos principalmente como o período preliminar de reconsideração e discussão, e de mudança na atitude e política sobre a questão dos negros – como preparação para a atividade futura neste terreno.

Os efeitos desta mudança e esta preparação nos anos 20, produzidos pela intervenção russa, manifestaram-se explosivamente na década posterior. As condições muito favoráveis para a agitação e organização entre os negros, produzidas pela Grande Depressão, encontraram o Partido Comunista preparado para atuar neste terreno como nenhuma outra organização radical havia feito neste país.

Tudo de novo e progressista sobre a questão do negro veio de Moscou depois da revolução de 1917, e como resultado da revolução – não só para os comunistas norte-americanos, que responderam diretamente, mas também para todos os que se interessavam na questão.

Ainda antes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, Lenin e os bolcheviques se distinguiam de todas as outras tendências no movimento socialista e operário internacional por sua preocupação com os problemas das nações e minorias nacionais oprimidas, e seu apoio positivo às lutas destas pela liberdade, a independência e o direito da autodeterminação. Os bolcheviques davam este apoio a toda a "gente sem igualdade de direitos", de uma forma sincera e honesta, mas não havia nada "filantrópico" nesta posição. Reconheciam também o grande potencial revolucionário na situação dos povos e nações oprimidos, e os viam como aliados importantes da classe operária internacional na luta revolucionária contra o capitalismo.

Depois de novembro de 1917, esta nova doutrina, com ênfase especial nos negros, começou a ser transmitida ao movimento comunista norte-americano com a autoridade da Revolução Russa. Os russos na Comintern começaram a enfrentar os comunistas norte-americanos com a exigência brusca e insistente de que abandonassem seus próprios preconceitos não declarados, que dessem atenção aos problemas e queixas especiais dos negros norte-americanos, que trabalhassem entre eles e que se convertessem em campeões de sua causa dentro da população branca.

A Libertação negra e o socialismo (2005) – Ahmed Shawki

A campanha do Partido Comunista para libertar os Scottsboro Boys é o exemplo mais famoso do trabalho antirracista neste período. O caso envolveu nove jovens acusados falsamente de serem um grupo de estupradores, e foram sentenciados à morte em 1931. As organizações Negras existentes evitaram o caso. A NAACP [Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor] não enviou um advogado para ajudar os homens até eles terem sido sentenciados na corte do Alabama. O partido lançou uma campanha internacional para libertar os Scottsboro Boys e ganhou amplo respeito entre os Negros por sua defesa principista dos jovens. Em 16 de maio de 1931, uma marcha de protesto no Harlem que começou com algumas centenas de comunistas, a maioria deles brancos, terminou com um comício massivo envolvendo mais de três mil Negros do Harlem. No comício, a multidão ouviu a mãe de um dos Scottsboro e os oradores comunistas, que falaram para a multidão em finlandês, espanhol e romeno. A campanha dos Scottsboro Boys durou anos com eventos como esse, que acabaram por conseguir evitar as execuções e depois libertando os homens (p. 157-158).

A luta dos anos 1930 para construir sindicatos industriais aproximou milhares de trabalhadores Negros. Nos locais de trabalho, como os frigoríficos de Chicago, ou as fábricas de aço dos estados dos Grandes Lagos, os organizadores comunistas frequentemente se mostraram cruciais ao forjar a ligação entre os sindicatos e os trabalhadores Negros. O número de Negros nos sindicatos saltou de 100 mil em 1935 para pouco menos de 500 mil em 1940. O número de membros Negros no Partido Comunista também cresceu consideravelmente, de pouco menos de 1.000 no início dos anos 1930 para 5.005 em 1939. Como resultado de seu ativismo em torno do caso Scottsboro e do movimento sindical, os membros Negros do PC cresceram de duzentos membros em 1930 (menos de 3% do total) para setecentos em 1938 (mais de 9%). Em algumas cidades, a percentagem de membros Negros era consideravelmente mais alta. Em Chicago, no ano de 1931, perto de um quarto dos 2.000 membros da cidade eram Negros. Como os Negros constituíam 11% do total da população dos EUA naquele tempo, esses números representavam um pequeno, mas

importante, passo para a construção de um movimento multirracial. Em um tempo em que a segregação era desenfreada – legalmente no Sul e de fato no Norte –, o PC era praticamente a única organização integrada no país (p. 158).

O sucesso do Partido Comunista alarmou as organizações Negras de classe média. Pela primeira vez nos Estados Unidos, uma camada significativa de Negros via uma organização socialista como uma alternativa política viável (p. 158).

O Partido Comunista demonstrou na prática a possibilidade de superar o racismo e construir uma organização política multirracial dedicada a transformar a sociedade. O problema é que, no final dos anos 1920, o Partido Comunista tinha começado o processo de degeneração do marxismo revolucionário para o stalinismo. Isso afetaria todo o trabalho do partido, inclusive seu compromisso com a libertação dos Negros. Um indicador desse problema já foi mencionado com a imposição da teoria do “Cinturão Negro” em 1928-1929. Outro exemplo foi a virada de 180 graus do Comintern em 1935, exatamente para a posição oposta, quando chamou a construção de “frentes populares” amplas contra o fascismo (p. 160).

Motivadas no início pelo esforço de Stalin em buscar aliados entre os governos burgueses do Ocidente perante a iminente guerra contra Hitler, as “frentes populares” acabaram com o sectarismo lunático dos PCs de 1929-1934, que igualava os reformistas aos fascistas. Mas ao sair do sectarismo, o PC veio a se alinhar com figuras tais como o presidente Franklin Roosevelt (p. 160).

Com a formação das “frentes populares” com burgueses contrários ao fascismo, o partido começou a prejudicar seu compromisso anterior em combater o racismo. Opôs-se a uma proposta de marcha a Washington contra a segregação porque, os dirigentes do partido argumentaram, isso apenas atrapalharia o esforço de guerra. O Partido Comunista tornou-se o maior apoiador da Segunda Guerra Mundial e subordinava qualquer coisa a esse objetivo, inclusive os direitos dos trabalhadores de fazerem greve e a luta pelos direitos civis dos Negros. Isso não apenas tornou mais fácil para o governo lançar uma caça às bruxas contra a organização depois da guerra, mas também deu as bases para a desilusão de centenas de trabalhadores Negros que tinham entrado no partido durante os anos 1930 (p. 160).

A acomodação do PC a Roosevelt e ao New Deal liberal significou apoiar o Partido Democrata, que se recusava a contestar a segregação com medo de perder sua ala “dixiecrata” sulista. Roosevelt até se recusou a apoiar a legislação antilinchamentos, em um período em que dezenas deles estavam sendo cometidos contra os Negros todos os anos (p. 161).

O oportunismo de Stalin desiludiu muitos membros Negros que tinham sido atraídos ao PC pelo trabalho contra o racismo. Apesar de o partido continuar a crescer, seus zigue-zagues políticos, ditados pela burocracia na Rússia, finalmente comprometeram e sabotaram seu compromisso com a luta contra o racismo. A credibilidade do PC foi ainda mais erodida quando, em 1939, como resultado do pacto Hitler-Stalin, o partido de novo inverteu sua política de frente popular e novamente passou a denunciar Roosevelt. Com a invasão da Rússia por Hitler, o partido se tornou novamente o maior torcedor de Roosevelt, chamando os Negros a subordinar suas reivindicações ao sucesso do esforço de guerra, integrando o Exército e a produção industrial de guerra. O partido até mesmo apoiou o confinamento dos descendentes japoneses pelos estadunidenses (p. 161).

Apesar do seu stalinismo, o trabalho do PC nos anos 1930 mostrou que é possível construir uma unidade de luta entre Negros e brancos nos Estados Unidos. Fosse o PC um genuíno partido revolucionário, que combinasse o compromisso de lutar contra o racismo com o desejo de unir-se com outras forças ainda não ganhas para ideias revolucionárias, teria crescido ainda mais massivamente. Poderia ter sido uma alternativa evidente ao New Deal, a

NAACP e ao beco sem saída do nacionalismo Negro. Porque não garantiu esse tipo de alternativa, uma oportunidade de proporção histórica foi perdida.

CONCLUSÃO – A LIBERTAÇÃO NEGRA E O SOCIALISMO

Capitalismo, racismo e opressão

O capitalismo não só originou o racismo e a opressão racial, mas continua a depender delas. A classe dominante conscientemente cultivou o racismo para justificar a escravidão dos africanos. Depois da Guerra Civil, o racismo se tornou a base para defesa da classe dominante de seu domínio. O surgimento dos Estados Unidos como uma potência imperialista mundial apenas aprofundou – e estendeu amplamente – a ideologia do racismo. Na virada do século XIX, a ideologia racial dos EUA se integrou em uma visão mundial – o “fardo do homem branco” – a qual, apesar de menos explicitamente “racial”, ainda é uma parte importante do arsenal ideológico que justifica a dominação internacional dos EUA.

A aceitação das ideias racistas não era, evidentemente, limitada à classe dominante, mas ela era o principal agente do desenvolvimento e da propagação do racismo. Como a classe dominante na sociedade, também formou suas ideias. Como Marx diz, “as ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes”. A aceitação das ideias racistas pelos trabalhadores brancos não deve ser confundida com eles terem um interesse material em perpetuar a opressão racial. A história do racismo nos Estados Unidos não é apenas a história da opressão sobre os Negros, mas também da habilidade da classe dominante em usar o racismo para manter seu poder e riqueza. Dos brancos pobres do Sul sob o período da escravidão aos trabalhadores racistas de hoje, a adesão ao racismo garante sua própria subordinação. Nacionalistas Negros e muitos socialistas hoje rejeitam tal ponto de vista. Eles apontam a profundidade do racismo entre os trabalhadores brancos historicamente como uma evidência de que o racismo beneficia todos os brancos igualmente. De fato, alguns argumentam que os trabalhadores brancos tem sido o principal agente para a perpetuação do racismo. Dessa forma, Herbert Hill escreve: “Se os não brancos acham difícil melhorar sua condição, é porque as instituições como trabalhadores organizados os impediram de fazer isso.”

O problema mais óbvio de tal linha de argumento é que superestima amplamente o poder dos sindicatos em controlar as práticas de contratação e demissão dos empregadores. Mais ainda, tal argumento apresenta o racismo como uma questão puramente ideológica, ignorando o fato de que racismo e segregação eram institucionalizados e legais até os anos 1960.

As conclusões de tal argumento são também profundamente reacionárias, já que elas acabam com qualquer possibilidade de superar o racismo. Como diz Manning Marable, os que aderem a tais argumentos são “basicamente idealistas e não materialistas. Eles dizem que a força fundamental que dirige o motor da opressão Negra [...] é apenas a raça. Eles dizem que todos os brancos se beneficiam material e ideologicamente do racismo, o que, em meu ponto de vista, olhando até hoje, olhando os fatos e as experiências dos brancos, é uma interpretação desastrosa da história social da América e dos Negros”.

Tais pontos de vistas se tornaram amplamente majoritários na academia e lá há um “senso comum” na aceitação desses argumentos – em contraposição ao suposto “reducionismo econômico” marxista. Mas a maioria desses argumentos contra o marxismo são amplamente baseados em uma distorção ou mau entendimento do marxismo. Como Gregory Meyerson escreveu em uma crítica do importante livro de Cedric Robinson, *Marxismo Negro [Black Marxism]*:

A “relativa autonomia” da “raça” foi possibilitada por uma redução e distorção da análise de classes. A essência da redução e da distorção envolve igualar a análise de classe com alguma versão de determinismo econômico. O elemento chave na crítica do marxismo determinista econômico está na visão de que a economia é a base, e a cultura, política e ideologia são a superestrutura.

Meyerson segue:

O marxismo interpretou apropriadamente a ênfase na primazia de classe em vários sentidos. Um, é evidente, é a primazia da classe trabalhadora como um agente revolucionário – uma primazia que não indica, como frequentemente se pensa, que mulheres e pessoas de cor sejam “secundários”. Tal igualamento entre homem branco e classe trabalhadora, assim como uma correspondente divisão entre a identidade da classe trabalhadora “branca” masculina e de todas as outras, cuja identidade é, portanto, vista principalmente como de um dos gêneros ou raças ou híbrida, é um ponto de vista que este ensaio contesta globalmente. A primazia de classes significa que construir uma organização ou organizações da classe trabalhadora multirraciais, multigêneros e internacionais deve ser o objetivo de qualquer movimento revolucionário: a primazia de classe coloca a luta contra racismo e sexismo no centro. O entendimento dessa posição tem raízes na primazia interpretativa da análise de classe para entender o determinante estrutural da opressão de raça, gênero e classe. A opressão é múltipla e cheia de intersecções, mas suas causas não são.

Mas mesmo aqueles que rejeitam o argumento de que os trabalhadores brancos são os principais agentes da opressão racista ainda aceitam que os trabalhadores brancos se beneficiam materialmente do racismo. Robert Allen representa essa abordagem. Ele até usa os escritos de Lênin sobre o imperialismo como base para seu argumento:

Lênin advertiu que o imperialismo tende, assim, a “criar setores privilegiados [...] entre os trabalhadores e a separá-los das amplas massas do proletariado.” [...] Assim, o resultante racismo e chauvinismo entre os trabalhadores brancos era muito mais do que meras táticas dispersivas introduzidas por capitalistas coniventes para dividir a classe trabalhadora mundial; ao contrário, essas manifestações ideológicas estavam firmemente enraizadas na dinâmica do desenvolvimento imperialista.

Escritores comunistas insistiam em olhar a classe trabalhadora branca como portadora de verdadeiro emento e fraternidade; no mínimo, sustentavam que se os trabalhadores apenas aceitassem o marxismo-leninismo, então os antagonismos raciais sumiriam. Esses argumentos ignoram o impacto ideológico que as vantagens bem reais que foram acumuladas pelos trabalhadores brancos eram resultado da discriminação racial no próprio país e do imperialismo racista no exterior.

Este não é o lugar para discutir totalmente a teoria de Lênin sobre “a aristocracia operária”. É suficiente dizer que Lênin dizia que os benefícios do imperialismo seriam destinados a uma “minoría infinitesimal” do movimento dos trabalhadores, não para a massa dos trabalhadores

nos países capitalistas avançados. Ainda, o argumento de que os trabalhadores brancos se beneficiam não se sustentam a um exame. Como afirma Martin Glaberman:

A existência de força de trabalho Negra segregada com status inferior limitava, mais do que aumentava, a chance dos trabalhadores brancos de melhorarem seus salários e condições de trabalho. De fato, os empregadores estavam sempre querendo usar, ou ameaçavam usar, trabalhadores Negros como fura-greves ou simplesmente como substitutos, para manter os trabalhadores brancos na linha [...] [de outra forma,] seria difícil entender porque os empregadores usavam critérios racistas para contratar se estes aumentavam o poder da grande maioria da classe trabalhadora.

A evidência estatística confirma esse argumento. Em um estudo acerca das principais áreas metropolitanas, Michael Reich encontrou uma correlação entre o grau de desigualdade da renda entre brancos e Negros e o grau de desigualdade de renda entre os brancos. Nessas áreas em que a diferença salarial entre brancos e Negros era maior, a parte percentual recebida pelos 1% de brancos no topo era ainda maior. O legado no Sul e a baixa sindicalização tanto de trabalhadores Negros como brancos revela isso, que longe de se beneficiar do racismo, os trabalhadores brancos perdem. Como um autor escreve:

Contudo, o que é mais dramático – em cada grupo de macacão azul, os trabalhadores brancos sulistas ganhavam menos que os trabalhadores Negros nortistas. Apesar da contínua discriminação grosseira contra Negros artesãos especializados no Norte, os sulistas brancos “privilegiados” recebiam 4% menos que eles. Os operários masculinos brancos do Sul na média [...] 18% menos que os operários masculinos Negros do Norte. E os trabalhadores do setor de serviços brancos sulistas recebiam 14% menos que os trabalhadores masculinos nortistas Negros do mesmo setor.

Mas se o racismo não serve aos interesses dos trabalhadores brancos, por que eles agem contra seus interesses materiais? Primeiro, tanto as ideias como as instituições da sociedade capitalista foram permeadas pelo racismo, influenciando todos os aspectos da sociedade. Mas o racismo não é somente o resultado da dominação da ideologia da classe no governo, na mídia e nas escolas. Há uma base material para o racismo construída na concorrência capitalista. Quando Marx disse que o capitalismo criou seu próprio coveiro, com a capacidade e o interesse comum de derrubar o capitalismo – a classe trabalhadora – ele entendeu que o capitalismo também criava obstáculos para esse processo. Mais crucialmente, a concorrência capitalista é uma barreira para a unidade da classe trabalhadora.

A concorrência separa indivíduos um do outro, não apenas a burguesia, mas ainda mais os trabalhadores, embora os coloque juntos. Por isso leva um longo tempo até que esses indivíduos possam se unir [...]. Por isso qualquer poder organizado colocado sobre e contra esses indivíduos isolados [...] pode ser superado apenas depois de longa luta. Demandar o oposto seria o equivalente a demandar que a concorrência não deveria existir nesta época definida da história ou que os indivíduos deveriam banir de suas mentes condições sobre as quais em seu isolamento eles não têm controle.

Os irlandeses veem os Negros como um concorrente perigoso. Os fortes agricultores de Indiana e Ohio odeiam os Negros em segundo lugar, depois do dono de escravos. Para eles é um símbolo da escravidão e uma desvalorização da classe trabalhadora, e a imprensa democrática diariamente os ameaça com uma inundação de seus territórios pelos “pretos”.

Esse “senso comum” só pode ser desafiado em uma escala de massas através de um processo de luta:

Tanto para a produção em uma escala de massas dessa consciência comunista quanto para o sucesso da própria causa, uma alteração do homem em uma escala de massas é necessária, uma alteração que pode apenas acontecer em um movimento prático, uma revolução; a revolução é necessária, portanto, não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de outra maneira, mas também porque a classe derrubando-a apenas em uma revolução, consegue se livrar de todo o velho e se tornar apta a fundar uma sociedade nova.

Assim, no processo de desafiar a sociedade capitalista, os trabalhadores podem começar a desafiar as ideias dominantes na sociedade. Então a história do movimento da classe trabalhadora estadunidense inclui uma história de racismo, mas também contém heroicos capítulos da luta que efetivamente confrontaram o racismo. A insuficiência relativa dessas lutas não é um simples reflexo das profundezas do racismo, porém mais centralmente, é o reflexo de todos os esforços possíveis dos ricos e poderosos para minar qualquer ameaça a sua dominação. Além disso, o controle do movimento sindical por uma burocracia pró-capitalista e o correspondente baixo nível de consciência política de classe entre os trabalhadores estadunidenses são fatores importantes a serem levado em consideração. Diferente da caricatura de marxismo que a maioria dos críticos aceitam, as lutas econômicas não levam automaticamente e por si só à consciência antirracista. É por isso que socialistas revolucionários, especialmente Lênin, insistiam na importância das ideias políticas. Há um tema constante nos escritos de Lênin sobre a necessidade de aqueles que querem mudar o mundo apoiarem toda resistência genuína a todas as formas de exploração e opressão.

[Lênin reafirmou] a necessidade de o socialista revolucionário apoiar todos os movimentos contra a opressão, não apenas econômica, mas também política e cultural, e não apenas dos trabalhadores, mas de qualquer setor oprimido da sociedade [...]. [Como escreveu Lênin:] “A consciência de classe dos trabalhadores não pode ser uma consciência política genuína a menos que os trabalhadores sejam treinados para responder a todos os casos de tirania, opressão, violência e abuso, não importa qual classe é afetada – a menos que eles sejam treinados, além disso, para responder de um ponto de vista socialdemocrata, e não outro.”

A abordagem política de Lênin reforça a questão de Meyerson acima. Assumir a causa dos oprimidos não é algo separado da luta de classes. É essencial para a luta de classes e a luta pelo socialismo. (p. 290).

Marxismo e libertação Negra

A fraqueza relativa do movimento dos trabalhadores estadunidenses (e em geral entre os trabalhadores dos países capitalistas avançados) levou muitos da esquerda a abandonarem qualquer noção de luta da classe trabalhadora, a substituindo pela política de “movimentismo”. Em resumo, proponentes desse argumento acentuam a importância da “autonomia” para os movimentos dos oprimidos para conseguir sua libertação. Eles aceitam universalmente a ideia de que o marxismo ignorou e/ou subestimou as questões de gênero e raça.

O problema dessa abordagem tem dois lados. Primeiro, não há a necessária ou imediata

unidade entre grupos de oprimidos. Segundo, os movimentos dos oprimidos não têm um poder social real para transformar fundamentalmente o sistema a não ser que se transformem em um movimento dos explorados e oprimidos, isto é, a menos que se aliem ou se tornem parte do movimento dos trabalhadores que podem defender as reivindicações de todos os trabalhadores. Assim como a política do separatismo Negro, a política baseada nos “movimentos sociais” está destinada a guinar da esquerda para a direita porque não tem força material pela qual atinge seus objetivos. E ainda, não é verdade que esses movimentos por si só levantam as questões e as lutas dos oprimidos, porque mesmo os assim chamados movimentos autônomos não são autônomos das forças e ideias políticas. Não há garantia de que a auto-organização dos oprimidos produzirá as melhores estratégias políticas pela libertação. Muitas vezes os interesses dos membros da classe média se tornaram dominantes nos movimentos “autônomos”, como a história do movimento de mulheres nos Estados Unidos mostra nitidamente.

De fato, apesar da deturpação geralmente aceita acerca da contribuição dos socialistas estadunidenses para a luta pela libertação Negra, o movimento socialista também teve uma história consistente na luta contra o racismo. Isso não é passar por cima das serias limitações do movimento incluindo, como vimos no caso do Partido Socialista, a incorporação de membros abertamente racistas nas fileiras socialistas. Mas isso deve ser entendido não apenas como o fracasso do Partido Socialista na questão Negra, mas também como uma indicação geral da adesão do PS às políticas reformistas em uma série de questões. Além disso, a rejeição sumária ao movimento socialista por muitos escritores hoje falha ao não perguntar se em 1912 se deveria ficar com o IWW que se opunha à entrada na Primeira Guerra ou com W. E. B. Du Bois. Ao mesmo tempo em que Du Bois era um porta-voz pela libertação Negra, seu apoio a Woodrow Wilson e seu apoio posterior à Primeira Guerra Mundial não fez nada para avançar nos interesses dos Negros. Da mesma forma, é normalmente aceito que o PC “colocou a sobrevivência da União Soviética acima da batalha pela igualdade Negra”. Porém, mesmo isso sendo realmente verdade, é também um fato que o PC abandonou a própria luta de classes. Em resumo, as limitações da tradição socialista em relação à libertação Negra são, em parte, uma expressão da escassez nos Estados Unidos das tradições e políticas de genuíno marxismo revolucionário. Isso não deve ser um motivo para abandonar o marxismo. Ao contrário, é simplesmente o argumento mais convincente a favor de restabelecer a tradição e a organização do marxismo revolucionário nos Estados Unidos.

ANEXOS

A Revolta do Exército Indiano – Karl Marx (1857)

O *divide et impera* [dividir para dominar] romano foi a grande regra pela qual a Grã-Bretanha conseguiu, durante cerca de cento e cinquenta anos, conservar o seu Império Indiano. O antagonismo entre as diversas raças, tribos, castas, credos e soberanias, cujo agregado forma a unidade geográfica daquilo a que se chama Índia, continuou a ser o princípio vital da supremacia britânica. Nos últimos tempos, contudo, as condições dessa supremacia sofreram uma alteração. Com a conquista de Scinde e do Pundjabe, o Império anglo-indiano atingiu os seus limites naturais e calçou os últimos vestígios de Estados indianos independentes. Todas as tribos nativas guerreiras foram submetidas, todos os conflitos internos sérios tiveram o seu termo, e a recente incorporação de Oudh provou satisfatoriamente que as reminiscências dos chamados principados indianos independentes apenas existem na tolerância. Daqui, portanto, a grande modificação da Companhia das Índias Orientais. Agora já não ataca uma parte da Índia com a ajuda de outra parte, agora encontra-se no topo e tem toda a Índia a seus pés. Não conquistando já, tornou-se o conquistador. Os exércitos à sua disposição já não têm que alargar os seus domínios, têm somente que os manter. Os soldados foram convertidos em polícias; 200 milhões de nativos refreados por um exército nativo de 200 mil homens, comandados por ingleses, e, por seu turno, este exército nativo mantido na inacção por um exército inglês de apenas 40 mil homens. À primeira vista, é evidente que a obediência do povo indiano assenta na fidelidade do exército nativo, através de cuja criação o domínio britânico organizou simultaneamente o primeiro centro geral de resistência que o povo indiano alguma vez possuiu. Até que ponto se pode confiar neste exército nativo foi claramente demonstrado pelas suas recentes amotinações, que estalaram logo que a guerra com a Pérsia despojou a Presidência de Bengala dos seus soldados europeus. Antes disto, verificaram-se amotinações no exército indiano, mas a presente revolta distingue-se pelos seus aspectos característicos e fatais. Foi esta a primeira vez que os regimentos de cipayos mataram os seus oficiais europeus; que muçulmanos e hindus, renunciando às suas antipatias mútuas, se combinaram contra os seus senhores comuns; que “distúrbios que começaram com hindus, terminaram de facto com o acesso ao trono de Deli de um imperador maometano”; que as amotinações não se confinaram a algumas localidades; e, finalmente, que a revolta no exército anglo-indiano coincidiu com a insubmissão exibida contra a supremacia inglesa por parte das grandes nações asiáticas, estando a revolta do exército de Bengala sem dúvida nenhuma intimamente relacionada com as guerras com a Pérsia e com a China (p. 158).

A causa alegada da insatisfação que começou a manifestar-se há quatro meses no exército de Bengala era a apreensão, por parte dos nativos, quanto a saber se o Governo iria interferir na sua religião. A distribuição de cartuchos cujo cartão se dizia ter sido impregnado com gordura de bois castrados e de porcos, e que os soldados eram obrigados a morder, foi portanto considerada pelos nativos como uma infracção aos seus princípios religiosos e deu o sinal para as perturbações locais. (p. 159).

Entrevista com Vera Lúcia (2018)

VOCÊ É UMA MULHER NEGRA E NORDESTINA. AO MESMO TEMPO, VOCÊ É UMA OPERÁRIA SAPATEIRA. COMO O RACISMO E OS PRECONCEITOS INTERFEREM NA VIDA DA MULHER TRABALHADORA?

VERA – A classe trabalhadora de conjunto não é ensinada a dizer o que quer, o que pensa e o que sente. No nosso caso, mulheres e negras, tudo isso se apresenta de forma muito profunda e cruel desde muito cedo e quando a gente cresce e vai pro mercado de trabalho. Isso fica tão evidente que, por vezes, [a gente] se encolhe, se cala, chora, sente medo, pavor, revolta. A opressão à mulher negra e pobre é intensa. Nós nunca tivemos direito ao descanso, desde cedo trabalhamos e é assim até quando adoecemos ou morremos. A aposentadoria para as mulheres pobres e majoritariamente negras não significa descanso, mas a dedicação ao trabalho doméstico e aos bicos para ajudar nas despesas. Conheço várias mulheres que trabalham em fábricas e serviços gerais e, nos dias de folga, elas não vão limpar a sua casa como parte da dupla jornada de trabalho comum às mulheres. Elas vão fazer faxina, vender doces para garantir o sustento da família. Sem creche, os filhos ficam com as avós, as tias ou os irmãos mais velhos. Essas crianças, muitas vezes, são vítimas de abuso sexual e de violência física enquanto as mães estão trabalhando. E são os filhos dessas mesmas mulheres que superlotam as cadeias, penitenciárias ou morrem logo cedo. É uma vida de muito sofrimento. Isso precisa mudar, e logo.

AS MULHERES NEGRAS TÊM PROTAGONIZADO MUITAS LUTAS NO BRASIL E NO MUNDO. POR QUE TANTA DISPOSIÇÃO DE LUTA?

Vera – Por pura necessidade. A necessidade nos impele à luta. Chega um momento que toda essa carga de opressão e exploração chega ao limite. E tem sido assim na História. Foi assim na Comuna de Paris, na Revolução Russa, mais recentemente na Índia e no Brasil contra os estupros, na Argentina e depois, internacionalmente, contra os assassinatos e nos EUA, um dia depois da posse de Trump. É assim nas fábricas.

As mulheres, quando se levantam em luta, externam toda a intensidade de suas dores e de suas forças.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE A LUTA CONTRA O RACISMO E A LUTA CONTRA O CAPITALISMO?

VERA – A luta contra o racismo se dá no mesmo momento da luta contra o capitalismo. É impossível acabar com o racismo no capitalismo, porque esse sistema utiliza o racismo para intensificar sobre os negros a exploração, mas, ao mesmo tempo em que rebaixa os salários dos trabalhadores negros, rebaixa o salário geral da classe trabalhadora. E, junto com isso, utiliza o racismo para dividir os trabalhadores em negros e brancos, sendo que ambos são explorados pelos mesmos patrões e pelos mesmos governos. A luta contra o racismo é, portanto, uma luta do conjunto dos trabalhadores para unir a classe contra o seu inimigo comum, o capitalismo, porque temos uma tarefa comum, construir uma sociedade onde possamos ser diferentes e termos as mesmas condições materiais para que possamos viver

intensamente as nossas diferenças. Somos mulheres e negras, e estamos orgulhosas por isso. A sociedade sim, isso nós vamos mudar, e vamos mudar tudo. Vamos revolucionar com raça, classe e internacionalismo.

REFERÊNCIAS

- CANNON, James. **A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-Americano**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cannon/1959/05/08.htm>. Acesso em: 18 ago 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Hertz. **Independência sem abolição: o medo branco de uma insurreição negra no Brasil**. Disponível em: <<<http://www.pstu.org.br/independencia-sem-abolicao-o-medo-branco-de-uma-insurreicao-negra-no-brasil/>>>. Acesso em: 17 ago 2017.
- DURANS, Cláudia. Questão Social e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, número especial, p. 391-399, jul 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **O Brasil em face das Áfricas Negras e Mestiças**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.
- GOMES, Américo. A repartição da África. **Correio Internacional**, São Paulo, ano 09, n. 19, p. 02-07, mar. 2018.
- KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- LACERDA, João Batista de. **Sobre os mestiços no Brasil**. Londres: Primeiro Congresso Universal das Raças, jul, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247540/mod_resource/content/1/Sobre%20os%20mesti%20os%20do%20Brasil.pdf. Acesso em: mar 2017.
- MANIFESTO** da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1880.
- MARX, Karl. A revolta do exército indiano. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre o Colonialismo vol. 01**. São Paulo: Mandacaru, 1989.
- MARX, Karl. **A questão irlandesa**. Disponível em: << <https://www.marxists.org/portugues/marx/1869/11/questao.htm>>>. Acesso em: 18 ago 2017.
- MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política (Livro 1, Vol. 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- MOVIMENTO Black Money**. Quem Somos. Disponível em: <<<https://movimentoblackmoney.com.br/>>>. Acesso em: 21 abr 2019.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PEÑA, Milcíades. **O que é o marxismo?** Notas de iniciação marxista. São Paulo: Sundermann, 2014.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **O empoderamento necessário**. Disponível em: <<<https://www.geledes.org.br/o-empoderamento-necessario/>>>. Acesso em: 20 de abr 2019.
- RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Com um estudo do do Professor Afranio Peixoto. Editora Guanabara: 1894. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=61586>>. Acesso em 28 jan 2017.

SOARES, Alan. **Depois deste texto 13 e 17 serão apenas números**. Disponível em: <<<https://movimentoblackmoney.com.br/depois-deste-texto-13-e-17-serao-apenas-numeros/>>>. Acesso em: 21 abr 2019.

SILVA, Wilson Honório. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ser Negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.